

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

GUSTAVO NÓBREGA CAVALCANTI

**A EVOLUÇÃO DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL: CAUSAS E
CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS**

SÃO PAULO

2022

GUSTAVO NÓBREGA CAVALCANTI

**A EVOLUÇÃO DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL: CAUSAS E
CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS**

Monografia apresentada à Faculdade de
Direito da Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo, como parte dos requisitos
exigidos para a conclusão do Curso de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Landi

SÃO PAULO

2022

Esta monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados e aprovada com nota final _____ (_____).

Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

AGRADECIMENTOS

É a partir desse momento que olhamos para trás e pensamos no que construímos e desenvolvemos. Foram anos de luta, sacrifício e algumas quedas que não chegam aos pés do sentimento de dever cumprido. É impossível olhar para trás e não estender a mão para quem sempre esteve comigo, nos momentos bons e ruins. Parte da jornada é o fim, e ele chegou.

Em primeiro lugar agradeço à minha mãe, Patricia, que sempre esteve comigo me apoiando e incentivando em todas as etapas da minha vida. É de uma felicidade ímpar saber que mais um ciclo se encerrou e você esteve ao meu lado.

Agradeço ao meu pai, Carlos Eduardo, que junto à minha mãe nunca mediu esforços para fazer com que eu me tornasse a pessoa que me tornei. Os percalços no meio do caminho não foram nada perto da alegria que é estar com você nesse momento.

Agradeço do fundo do coração os meus padrinhos, Jane e Luiz Henrique, que mesmo à distância nunca deixaram de demonstrar amor, carinho e perseverança em todas as fases da minha vida.

À minha querida orientadora, Monica Landi, que aguentou os meus desabafos ao longo de três semestres. Obrigado pela parceria e ensinamentos ao longo desse tempo. Com certeza a jornada foi muito mais fácil com você!

Aos amigos que estiveram comigo há mais de décadas, colegas, corpo docente e todos que, de alguma forma, se mostraram especiais para mim. Muito obrigado.

CAVALCANTI, G. N. **A evolução da extrema direita no Brasil: causas e consequências socioeconômicas.** São Paulo - SP, 2022. [Monografia de Bacharelado - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo esculpir de forma clara e concisa as implicações da formação de um governo extremista e seus respectivos impactos na jovem sociedade democrática brasileira. Além disso, é a intenção desta pesquisa, através de uma análise aprofundada permeada de referências históricas relacionadas diretamente com governos totalitários do século XX, transparecer certo nível de correlação do passado com o que é enxergado em diversos países do mundo no século XXI. Assim, o objetivo principal desta monografia centra-se em analisar didaticamente as variáveis que contribuíram para a ascensão da extrema-direita no Brasil, bem como influenciar grande parte das consequências socioeconômicas no futuro.

Palavras-chave: Extrema-direita; Democracia; Sociedade; Economia

CAVALCANTI, G. N. **The evolution of the extreme right in Brazil: causes and socioeconomic.** São Paulo - SP, 2022. [Monografia de Bacharelado - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]

ABSTRACT

This work aims to carve out the implications of the formation clearly and concisely of an extremist government and its respective impacts on the young Brazilian democratic society. Moreover, it is the intention of this research, through an in-depth analysis permeated by historical references directly related to totalitarian governments of the twentieth century, to show a certain level of correlation of the past with what is seen in several countries of the world in the 21st century. Thus, the main objective of this monograph focuses on didactically analyzing the variables that contributed to the rise of the extreme right in Brazil, as well as influencing much of the socioeconomic

Keywords: Far right; Democracy; Society; Economy

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CLT – Consolidação das Leis de Trabalho
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MBL – Movimento Brasil Livre
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PIL – Programa de Investimento em Logística
PNF – Partido Nacional Fascista
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
TAG – Transportadora Associada de Gás
TCU – Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

Introdução	9
1 A ascensão da extrema-direita e sua relação com a democracia	11
1.1 Governos totalitários e a extrema-direita: perspectiva histórica.....	11
1.2 O ambiente econômico	15
1.3 A extrema-direita atual e a democracia	17
2 A escalada extremista no Brasil: agendas socioeconômicas e alastramento neoliberal	22
2.1 A era Dilma	22
2.1.1 O primeiro mandato.....	22
2.1.2 O segundo mandato.....	26
2.1.3 O Impeachment.....	27
2.2 A era Temer	30
2.2.1 Austeridade fiscal: economia e a ilusão de um estado de bem-estar social	31
2.2.2 Austeridade fiscal no Brasil e reformas neoliberais.....	34
2.2.2.1 Emenda Constitucional 95	34
2.2.2.2 Reforma Trabalhista	35
3 O caso brasileiro: o fenômeno Bolsonaro	38
3.1 As estratégias Bolsonaristas	41
3.2 Bolsonaro e a economia	44
Considerações finais	Erro! Indicador não definido.
Referências	51

Introdução

A multiplicidade de ideias é um bem inerente à história do ser humano. Não importa as condições, contexto histórico ou realidade econômica, nunca houve um momento na história em que todos pensassem igual de forma arbitrária. A verdade é que essas divergências, ao contrário do que alguns pensam, só trouxeram benefícios para a evolução da humanidade: se não fosse o pensamento dessemelhante do *status quo*, até hoje o geocentrismo seria inquestionável. Do que seria a teoria da evolução natural se Charles Darwin não tivesse a liberdade de desenvolver o que acreditava? E será que existiria internet se Alan Turing não tivesse liberdade de usar seu próprio método para decifrar os códigos nazistas em plena Segunda Guerra Mundial? A grande verdade é que as diversas ideias estão inerentes a um único aspecto: liberdade. De pensar, agir e viver.

Entretanto, houve alguns momentos da história em que essa liberdade era restringida. As sociedades viviam acanhadas e sem desfrutar de seu único direito concedido naturalmente, forçadas a acreditar em uma ideologia única e sem direito de escolha. Se discordassem em silêncio do que eram forçadas a acreditar, corriam risco de vida. Se manifestassem publicamente suas opiniões, esse risco tornava-se fato.

Esses momentos marcantes da história contemporânea em que a liberdade era erradicada por crenças sub-humanas (literal no sentido da palavra, visto que menosprezavam ideias diferentes das suas) tiveram momentos semelhantes a partir do século XX, com a ascensão do Nazismo de Adolf Hitler na Alemanha Oriental, o Fascismo de Benito Mussolini na Itália e as diversas formas de ditadura militar instauradas na América do Sul (Argentina, Brasil, Chile etc.). Esses momentos tiveram, em semelhança, características de regimes totalitários e/ou autoritários, como bem descrito por Hannah Arendt em “Origens do Totalitarismo”.

O século XXI tem vivido momentos sombrios no que tange a escalada de ideologias de extrema direita. A grande verdade, no entanto, é que ela não demonstra sua face através de um governo totalitário como feito no passado; ela traveste nos pormenores da democracia liberal, infiltrando-se constantemente em governos progressistas e conquistando cada vez mais adeptos de suas ideias que denotam cunho conservador, ultrapassado, reacionário e antiliberal.

Essa escalada extremista-ideológica desenfreada mostrou seu poder nas eleições dos últimos anos em diversos países: nos Estados Unidos, em 2016, com a vitória de Donald Trump, com a vice colocação de Marine Le Pen em 2017 na França e, mais recentemente, com a vitória de Jair Bolsonaro no Brasil, em 2018. É importante ressaltar aqui que todos não partilham das mesmas ideais, mas têm em comum os recentes ataques a grupos minoritários, à liberdade de expressão e tudo aquilo que é inerente à evolução de direitos constitucionais básicos para se viver em uma sociedade livre de preconceitos.

Em linhas gerais, a contextualização histórica apresentada no início da monografia dar-se-á como parâmetro inicial para a análise aprofundada do caso brasileiro. O seu entendimento, portanto, torna-se fundamental para a análise conjuntural do ocorrido no Brasil, bem como no mundo – este que, apesar de não dispor de uma análise teórica aprofundada, será brevemente abrangido ao longo da composição deste trabalho visto suas intensas correlações com o caso brasileiro.

Para tal, serão mapeados de forma didática os pontos principais da corrosão econômica ocorrida no Brasil a partir do final do primeiro mandato de Dilma Rousseff até o seu *impeachment*, passando por todas as estratégias do governo Michel Temer e suas agendas econômicas que serviram de base para a construção do eleitorado de Jair Bolsonaro. Os deslizes de cada governo serão pressupostos básicos para compreender a ascensão da extrema-direita no Brasil.

Sendo assim, dada essa apresentação e breve resumo das motivações para escrever sobre o assunto, esse trabalho tem por objetivo central analisar e compreender os motivos da evolução da extrema direita no mundo a partir do século XXI, buscando identificar as principais causas (possíveis relações com o passado) e as consequências para o futuro da economia e da democracia brasileira.

1 A ascensão da extrema-direita e sua relação com a democracia

1.1 Governos totalitários e a extrema-direita: perspectiva histórica

As determinações ideológicas nada mais são, como amplamente difundido, em uma caracterização dentro do espectro político de determinada ideia ou ação concretizada. A ideologia caminha por uma linha horizontal, da esquerda à direita, e ténue dentro desse espectro, passando por todas as ideias e práticas já enxergadas pelo homem até os dias de hoje. A determinação do que é direita e esquerda não é definida previamente, visto que não há um consenso do que pertence a cada ideologia; o que se pode afirmar, contudo, é que uma ideologia esquerdista está mais ligada à movimentos progressistas e ambientalistas, bem como à social-democracia e socialismo. A direita, por sua vez, está mais ligada à movimentos conservadores e reacionários, bem como o neoliberalismo e nacionalismo.

Um recorte importante que deve ser feito é que essa caracterização não é uma verdade absoluta: é possível existir ideologias de direita que sejam ambientalistas, por exemplo, assim como é possível existir ideologias de esquerda que sejam nacionalistas. Assim, o espectro político torna-se um meio simplório da análise dessas ideologias, mas que compreende boa parte do será estudado a partir deste ponto.

É necessário fazer um recorte importante dentro desses espectros políticos: os extremismos; tanto de esquerda, quanto de direita. Ambos, na mais simples análise da palavra, são radicais em seus pensamentos e ações, tendendo a ultrapassar os limites democráticos impostos de forma subjetiva. Aqui nasce uma semelhança marcante entre os dois espectros políticos: independentemente de sua divergência de pensamento, os dois extremos tendem a partir para governos totalitários, em que há o controle da vida pública e privada da sociedade, tendo como fonte a crise (econômica, social ou política) e o medo generalizado.

Os regimes totalitários, segundo Hannah Arendt, são governos centralizados com o poder em um líder substituível, mas que passa a impressão de ser insubstituível, na medida em que

O líder totalitário é nada mais e nada menos que o funcionário das massas que dirige; não é um indivíduo sedento de poder impondo aos seus governados uma vontade tirânica e arbitrária. Como simples funcionário, pode ser substituído a qualquer momento e depende tanto do 'desejo' das

massas que ele incorpora, como as massas dependem dele (ARENDR, 1951, p.455).

O que norteia a existência de um Estado totalitário é o cenário de caos e medo constante integrado na sociedade; integração esta que pode ser a constatação dos fatos pelas massas, como também pode ser idealizado através de estratégias do líder absoluto para nortear o caos. A Alemanha nazista de Adolf Hitler, no Terceiro Reich, é um exemplo claro de como a crise econômica permitiu o desenvolvimento de um Estado que suprimia direitos. A assinatura do Tratado de Versalhes de 1919, que nada mais foi que um tratado de paz entre os países europeus pós Primeira Grande Guerra e que sacramentou a rendição dos alemães, determinou os rumos da política alemã pelas próximas duas décadas. Por ser declarada culpada de seus atos, a Alemanha teve como principais danos à sua economia definido pelo Tratado de Versalhes, segundo Couto e Hackl (2007), a reparação dos estragos aos países vencedores da guerra, bem como indenizações e pensões, destruição de todo armamento bélico alemão e perda de diversos territórios conquistados como Togo, Camarões, Tanzânia, dentre outros, reduzindo em 81% o tamanho das terras alemãs. Os problemas não acabam por aí: a Alemanha sofreu um dos maiores fenômenos inflacionários já existentes na economia moderna, causando o processo de hiperinflação. Segundo Couto e Hackl (2007), a taxa de inflação do país em 1923 foi de 29.607%, gerando um uma perda na função de meio de pagamento de sua moeda (marco).

Hitler utilizou-se do caos do Estado Alemão, assolado com uma das maiores inflações da história – a maior até o momento -, câmbio desvalorizado e disrupturas sociais para ascender ao poder em 1933 e iniciar o período que ficou denominado de Terceiro Reich. Hitler utilizou-se de artefatos ultradireitistas, com um discurso saudosista e ultranacionalista para chegar ao poder.

Os partidos políticos são suprimidos em Estados totalitários, havendo o que ficou denominado como unipartidarismo. Em “Como as Democracias Morrem”, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt retratam os partidos políticos como os maiores defensores da democracia. Como são responsáveis por eleger os políticos que representarão a sociedade no alto escalão, seja para presidente (no caso de um sistema parlamentarista) ou deputado, os partidos detêm a função única e mandatória de manter *outsiders* – sendo esse caracterizado como qualquer um que possa colocar em xeque a democracia – fora dos holofotes. No Totalitarismo, portanto, a primeira

medida é suprimir os partidos políticos, pois assim o *outsider* não corre o risco – por hora – de perder seu poder (LEVITSKY; ZIBLATT, 2019).

O Partido Nacional Fascista (PNF), na Itália de Benito Mussolini, é um outro exemplo que representa de forma concreta a usurpação de qualquer forma democrática no país, visto que comandou sozinho e sem opositores os rumos políticos, sociais e econômicos da Itália durante 15 anos. Teve como iniciativas a reconstrução de uma Itália destronada pós Primeira Guerra Mundial, aliando um discurso ultranacionalista, expansionista e um modelo econômico corporativista.

Além dos pontos citados, o totalitarismo é, acima de tudo, um sistema de controle da população (massas, para um usar um termo adequado historicamente), sendo essa a espinha dorsal do funcionamento do sistema. Esse controle é feito, primordialmente, através da manipulação dos meios de comunicação e a prática contínua de propaganda tendenciosa (MARI; SANTANA, 2018). Ainda segundo os autores, a propaganda totalitária divide-se em algumas frentes: a) acobertamento de questões que possam ser prejudiciais ao sistema; b) construção específica de um enredo para atingir determinada camada social; c) escolha dos temas abordados em cadeia nacional; d) busca pelo aperfeiçoamento do cientificismo e tentativa de comprovação das teses do sistema (a raça ariana, por exemplo, tese difundida pela propaganda nazista a partir dos anos 30).

Com essas medidas, os governos totalitários permaneciam rotulando falsas e ilusórias aparências da realidade, mantinham a população alienada e, por consequência, dominava-a, como mostra Mari e Santana

[...] os significantes são mantidos para sustentar o manto de uma aparência libertária à custa de deslizamentos contínuos do significado e mesmo do significante. De fato, os significados são expropriados em razão daquilo que representa uma imposição simbólica do poder. Não há liberdade, não há verdade nem igualdade; mantém-se uma rotulagem ilusória que falseia relações primordiais ao convívio libertário e à expressão da cidadania (MARI; SANTANA, 2018, p. 211).

Os governos totalitários do século XX utilizaram sempre uma técnica sólida de convencimento das massas através da identificação de um inimigo em comum, a que é atribuído a responsabilidade da crise econômica, social ou política que o país atravessa. Benito Mussolini e o PNF, na Itália da segunda década do século XX, por exemplo, atribuiu a culpa pelo momento do país aos antinacionalistas e estrangeiros – característica semelhante ao que é encontrado atualmente em diversos países da Europa com movimentos extremistas. Adolf Hitler e o Partido Nacional-Socialista dos

Trabalhadores Alemães, na Alemanha, culminaram em um dos maiores extermínios da história: o Holocausto, resultando na morte de mais de 11 milhões de pessoas que não pertenciam à raça ariana, incluindo judeus, homossexuais, negros, deficientes físicos e adversários políticos. Essa teoria era, na verdade, nada mais do que uma tentativa de comprovar o incomprovável, buscando alternativas na falsa ciência para consolidar a pior face do ser humano.

Os exemplos utilizados partem de um racional previamente estabelecido: têm como fundamento as ideologias de extrema-direita. O elitismo, conservadorismo, saudosismo, nacionalismo e a busca por um inimigo em comum sempre estiveram e estão presentes no modo como a extrema-direita se comporta nos dias de hoje. Seu contexto histórico é atemporal, pois os postulados do passado fazem-se presentes nos dias de hoje.

Fato é que nem todo governo de extrema-direita resultar-se-á em um regime fascista, mas todo regime fascista – e, portanto, totalitário - teve como fundamento os postulados da extrema-direita. O governo de Donald Trump nos Estados Unidos da América, de 2016 a 2020, por exemplo, foi um governo de extrema-direita. Com um discurso xenófobo, nacionalista, saudosista e conservador, o ex-presidente não deixou como legado um governo fascista propriamente dito, nos moldes conhecidos ao longo do século XX. É bem verdade que, ao longo do processo, sempre questionou a cobertura midiática através de críticas massivas, como também questionou a lisura do processo eleitoral americano. Esses questionamentos, entretanto, sempre fizeram e fazem parte da política de extrema direita. É importante entender a barreira que separa o discurso extremista de um discurso fascista.

O fascismo é, antes de tudo, um movimento político - faz parte, como lembrado por Arendt (1951) no início deste trabalho, de um governo totalitário. Sendo assim, todas as características supracitadas adequam-se em um governo fascista (como enxergado no governo de Benito Mussolini, na Itália, na segunda década do século XX). Entretanto, questões cruciais para a estabilização de um governo fascista não foram enxergadas na era Trump. A saída do presidente da Casa Branca é um exemplo claro disso: foi feito através de um processo democrático legal, com voto e participação da população – apesar dos constantes ataques feitos pelo ex-presidente para tentar blindar a sua iminente queda. Somado a isso, não houve controle dos meios de comunicação para propaganda própria, como também a adoção do sistema unipartidário não foi uma realidade.

Para o momento, é importante ressaltar que há uma barreira que delimita o fim do governo de extrema-direita e o início do governo fascista. O problema é que, atualmente, essa linha é muito tênue.

1.2 O ambiente econômico

A tenuidade que prevalece entre os governos fascistas e de extrema-direita delimita-se em alguns fatores críticos socioeconômicos, sejam eles pelos ataques constantes aos Direitos Humanos, sejam pelas crises econômicas que antecedem um governo extremista. Dito isso, faz-se necessário entender as causas da existência de um governo extremista, bem como seus principais efeitos na sociedade moderna.

A globalização, processo econômico-expansionista do capitalismo liberal, atinge seu ápice a partir do fim da Guerra Fria, no final do século XX. Foi com ela que o mundo enxergou de fato a consolidação do modo de produção capitalista. Apesar de ter o intuito de reorganização do sistema mundial, esse processo não retorna às expectativas criadas, conforme menciona Soares:

A globalização da economia nem sempre tem conseguido assegurar um desenvolvimento político sustentável para as nações. (...) acordos comerciais se tornaram mais ambiciosos e não sujeitos a uma regulação nacional. (...) a eliminação das restrições de mobilidade do capital se tornou regra, o que causou um esgotamento do sistema (SOARES, 2020, p. 212).

Como é deveras insinuado, a globalização não é única e exclusivamente um avanço do capital financeiro em escala mundial; analisando por outro lado, entende-se por globalização o processo de expansão cultural, social e econômico no mundo capitalista, fazendo-se presente cada vez mais uma troca desses fatores por povos completamente diferentes. Não existe, portanto, uma só cultura: é necessário compreender, entender e analisar as formações dos diversos países que, antes, eram separados; agora, andam em conjunto. Pode-se dizer que toda e qualquer ação realizada por um Estado-nação no âmbito econômico afeta, direta ou indiretamente, todos os países capitalistas integrados. As trocas comerciais são um exemplo claro desse feito.

A globalização insiste, portanto, em um processo de homogeneização da cultura em cadeia global, o que, como citado, é errado. Esse processo causa, segundo Lowy (2019, p.3), “formas de pânico identitário (...), alimentando manifestações nacionalistas e/ou religiosas intolerantes e favorecendo conflitos étnicos ou

confessionais”. Dessa forma, o processo acumulativo do capital e sua conseqüente expansão financeira em escala global permite com que as próprias nações se percam em suas raízes, gerando uma ruptura entre a sociedade.

Isto posto, faz-se necessário analisar as causas da ascensão extremista no mundo hoje. Soares (2020) traz uma reflexão nesse âmbito, quando afirma que toda ascensão extremista precede de uma crise, seja ela em qualquer âmbito da sociedade. Os efeitos de uma crise, como se sabe, são catastróficos. Para contornar os problemas, os governos precisam, portanto, tomar medidas de precaução à economia e sociedade. A partir daí entende-se que as crises formam tempos sombrios, plantando na sociedade uma memória aos tempos gloriosos.

Dito isso, os autores relatam que as crises “não são encaradas como fenômenos pontuais, frutos de conjuntura específica e, sim, consequência direta da própria natureza do capitalismo”, formando um caráter saudosista na sociedade relembrando tempos de glória, crescimento e bem-estar social. As sementes para a formação de um governo extremista estão plantadas, faltando apenas a figura central de um líder que ponha em prática todas as ações já mencionadas.

As crises de 1929 e 2008, para ficar nos dois principais exemplos catastróficos do ponto de vista econômico-social, são dois espelhos para enxergar como essas adversidades calamitosas resultam na expansão extremista.

Apesar de não se falar em globalização naquela época, a crise de 1929 exemplifica e concretiza o fato de como uma ação tomada por determinado país afeta diretamente os seus correlatos. Soares (2020) relembra que a principal característica da segunda grande crise do capitalismo foi a universalização. O *crash* da bolsa de Nova Iorque tomou proporções inimagináveis à época – não somente no campo econômico – formando um efeito cascata e se alastrando por toda Europa, a começar pela Alemanha (que já vinha de um processo de reestruturação pós Primeira Grande Guerra). Como já analisado, o clima hostil (muito causado pelo aumento abrupto do desemprego, aumento da inflação e desordem econômica) prevalente nos países europeus deu origem ao surgimento do fascismo e do nazismo em sua forma pura.

A crise de 2008, apesar de ter origem completamente diferente da crise de 1929, foi palco do ressurgimento da escalada extremista. Soares mostra que:

O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem a qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes (SOARES, 2020, p. 211).

O cenário para o ressurgimento exacerbado da extrema direita está plantado. No entanto, existe um ponto crucial que diferencia os resultados das duas maiores crises econômicas da história do capitalismo: agora, diferentemente do século XX, pode-se oficialmente dizer que existe um mundo globalizado e que, ainda por cima, enxerga o advento da internet como um grande aliado para a dissipação da agenda extremista.

É inegável dizer que o avanço da internet revolucionou a forma como o mundo é enxergado nos dias de hoje. Diferentemente do que acontecia algumas décadas atrás, o mundo se tornou extremamente conectado, permitindo com que uma informação chegue de um país a outro em questão de segundos. Por outro lado, a propagação de notícias falsas gerando desinformação tornou-se corriqueiro, facilitando a manipulação de grande parte da sociedade. Ribeiro e Maineri (2014) nos abordam que:

Podemos perceber que tanto em regimes ditatoriais ou democráticos a comunicação é extremamente importante para o governo (...) em um sistema democrático, a comunicação é importante para discussão de opiniões e ideias. [...] em um autoritário, seu papel é de difundir as ideias do regime vigente (RIBEIRO; MAINERI, 2014, p. 179).

Através disso, o conceito de pós verdade tornou-se cada vez mais corriqueiro a partir da segunda década do século XXI. Entende-se por *pós verdade* toda e qualquer forma de dissipação de informação que transcende a realidade dos fatos. Indo mais além, o Dicionário Online de Português define pós verdade como um “conjunto de fatos ou informações que, sem fundamento e propagados de maneira repetitiva, são tidos como verdadeiros”.

Concomitantemente ao conceito de pós verdade, as *fake news* (processo intencional de dissipação de notícias falsas) tornaram-se cada vez mais presente no mundo. O advento da extrema direita hoje pautou-se no uso e abuso de *fake news* carregadas de discurso de ódio, relativização dos direitos humanos e pautas políticas imorais, sendo ela o ponto de inflexão que permitiu a guinada extremista.

1.3 A extrema-direita atual e a democracia

O avanço da extrema-direita nacionalista não é mais um fenômeno, e sim uma realidade. Segundo o *Peace Report 2020*, publicado por diversas instituições de pesquisa alemãs, os ataques provenientes de grupos de extrema-direita que

resultaram em óbito tiveram um aumento de aproximadamente 1000% quando comparada a década de 2001 a 2010 com 2011 a 2020. Em termos absolutos, no final da primeira década do século XXI os ataques provenientes de extremistas de direita resultaram em 29 mortes, enquanto no final da segunda década esse número saltou para 278 mortes.

Essa escalada extremista não é algo único da Alemanha. Diversos países, europeus ou não, enxergam esse aumento no seu cotidiano, seja com políticos ocupando cargos cada vez mais significativos e com poderes cada vez maiores, seja com as manifestações livres que ocorrem em países democráticos de direito. A França vive esse dilema há alguns anos, com a incrível ascensão de Marine Le Pen, política francesa filha de um dos maiores conservadores franceses (Jean-Marie Le Pen), que chegou ao segundo turno das eleições de 2017 com nada mais que o dobro dos votos do seu pai, em 2002 (BLAY,2019). Le Pen utilizou-se de narrativas típicas extremistas citadas previamente, como a identificação de um inimigo comum (oposição à imigração), por exemplo.

Ainda no continente europeu, o Partido da Liberdade (Áustria) que tem suas raízes entrelaçadas no nazismo com discursos anti-imigração e ultranacionalista, nunca chegou perto de fato para eleger um candidato a chanceler austríaco. Em 2017, entretanto, o partido tornou-se o segundo maior do parlamento, perdendo apenas para o partido liberal. Para que se tenha um exemplo claro, os fundadores do partido eram oficiais da *Schutzstaffel*, amplamente conhecida como SS – organização militar nazista que comandou os campos de concentração e extermínio no período do Terceiro Reich.

Hungria, Polônia, Espanha, Holanda, Suécia, Dinamarca, Finlândia, Itália, Estados Unidos e Brasil são só mais alguns exemplos dentre tantos outros que representam essa escalada extremista ocorrida no século XXI, mais especificamente a partir de 2010. Apesar de contextos particulares e singulares, a ascensão de todos os países supracitados cerceia as mesmas características: medo, antissemitismo, ultranacionalismo exacerbado, preconceito à raça, sexo e gênero, medidas autoritárias através da repressão policial e pena de morte, além de, como no caso brasileiro, a volta de um regime ditatorial.

O fenômeno do avanço extremista, portanto, deve ser analisado com cautela; não só pelo fato de causar riscos iminentes à própria economia e à população, mas também pelo fato de colocar em xeque a própria democracia do país em questão. O

ponto chave da discussão a seguir é que o fenômeno a ser estudado é, literalmente, um avanço: não significa surgimento ou aparecimento de uma nova extrema-direita, e sim a sua reaparição (de forma bruta e violenta) no cenário político mundial.

Löwy (2015) em “Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil”, considera que é necessário definir a tipologia extremista de direita em três etapas: os partidos com caráter meramente fascista (exemplo clássico é o *Jobbik*, da Hungria, bem como o Partido Nacional Democrata, na Alemanha), os partidos semifascistas, ou seja, “com raízes e fortes componentes fascistas, mas que não podem ser identificados com o padrão fascista clássico” e os partidos de extrema direita que não tem raiz fascista, mas semeia todas as suas características.

Existe, entretanto, uma correlação direta na ascendência dessas três esferas extremistas em todos os países democráticos que sofrem com esse fenômeno: todos, sem exceção, enxergam esse renascimento extremista por vias democráticas. No mundo globalizado e tecnológico, a figura de um líder extremista não surge mais através da decadente e ultrapassada figura ditatorial; esse líder nasce como um *outsider* dentro do próprio sistema instigando parte da população a reviver um passado outrora brilhante, com um discurso saudosista e conservador.

Ao permitir avanço de grupos políticos antidemocráticos, a democracia, portanto, enxerga um ponto falho em seu *modus operandi*; há uma corrosão dentro do próprio sistema. Levitsky e Ziblatt (2018) recordam justamente este ponto, mencionando que esses autocratas não começam, em sua maioria, como autoritários, mas sim através do voto; a população, portanto, tem o poder do veto da disseminação extremista, mas é iludida por uma narrativa falsa. Nos dias de hoje, as democracias não se desmantelam do dia para noite, mas sim de forma gradual e, paradoxalmente, democrática. Löwy (2015) também explicita esse ponto, quando afirma que

Qualquer que seja a sua transformação e “modernização”, a extrema-direita ainda representa uma ameaça real à democracia. Um dos argumentos usados para mostrar que ela mudou [...] é a aceitação da democracia parlamentar e da via eleitoral para chegar ao poder (LÖWY, 2015, p. 656).

Com um caráter antissistema e discursando contra a corrupção, esses *outsiders* transformam pouco a pouco e sem alardes os estados democráticos em regimes autoritários. Segundo os autores, existem quatro sinais que um autoritário em potencial emite quando deseja ascender ao poder de forma democrática, sendo elas:

rejeição das regras democráticas, negação da legitimidade dos oponentes, inclinação ao uso de violência e restrição de liberdade, principalmente a liberdade midiática.

O primeiro sinal, respectivamente, acontece quando o candidato em questão expressa constantemente sua rejeição à Constituição do país, inflando ataques constantes e disposição de violar as regras instauradas, sugerindo, por exemplo, o fim das eleições, restrição de direitos civis, insurreição de violência popular e protestos armados para forçar mudanças governamentais.

O segundo sinal refere-se à negação da legitimidade de seus oponentes. Os ataques referidos partem sempre de um princípio: deslegitimar aquele que causa maior risco à sua eleição. Normalmente os políticos autoritários descrevem seus rivais como “subversivos ou opostos à ordem constitucional” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018), bem como afirmam que seus rivais ameaçam a segurança nacional, descrevendo-os como criminosos políticos.

O terceiro e quarto sinal, respectivamente, convergem em características de manipulação da massa (conforme observado na estrutura fascista do século XX). O encorajamento à violência e a restrição da liberdade civil e midiática permitem com que os líderes autocratas tenham controle sobre a população ao divergir informações para benefício próprio, ascendendo ao poder de forma democrática, mas imoral. Laços com milícias e forças paramilitares, patrocínio a ataques partidários ou protestos contrários ao governo, recusa de condenação de seus apoiadores, inclinação às medidas repressivas e ataques fervorosos à mídia são exemplos de como autocratas em potencial utilizam-se de estratégias subversivas para benefício próprio e de sua ideologia.

Assim sendo, é necessário efetuar um recorte à causa dessa escalada, visto que pode ser observada em duas frentes: uma, como já explicitado, é a da própria contradição da democracia. Há uma margem para o crescimento de *outsiders* dentro do próprio sistema com a não imposição de limites necessários para escalada de toda e qualquer forma autoritária de poder. Desse modo, esses políticos tendem a ter uma maior facilidade para ter voz enquanto, como já se sabe, deveriam permanecer em silêncio. Em um mundo fragilizado e polarizado com insatisfações populares constantes, a democracia nos moldes atuais não atende mais às necessárias mudanças impostas pela sociedade, tornando-se um modelo obsoleto às demandas da população. Blay (2019) traz esse assunto à tona quando menciona que:

Durante muito tempo a democracia representativa constituiu um modelo que trouxe coesão social, paz e desenvolvimento dos direitos humanos. Hoje, não apenas os regimes autoritários exercem uma certa atração, como existe uma correlação entre o sentimento de perda de identidade e a falta de confiança na democracia. O abismo entre as elites e o povo é alimentado pela desconexão entre o voto e as decisões políticas tomadas pelos eleitos. (BLAY, 2019, p.53).

A importância da manutenção da vigilância desses *outsiders* é clara quando se analisa os impactos em uma democracia liberal. Sua ascensão é maléfica em todos os sentidos no que tange a democratização dos direitos básicos para a sociedade, bem como para os avanços socioeconômicos de um país. Tal *outsider* beneficia-se da crise e do caos, tal qual será analisado na sequência.

2 A escalada extremista no Brasil: agendas socioeconômicas e alastramento neoliberal

2.1 A era Dilma

2.1.1 O primeiro mandato

Os sentimentos que norteiam a escalada extremista no Brasil atualmente (medo, angústia e saudosismo) não se diferem do que se enxergou no mundo no século XX e muito menos do que se observa nos países democráticos hoje. Existe uma agenda de ações praticadas pelos governos que semeiam esse mix de sentimentos da população, seja ela no âmbito econômico, político ou social. O *modus operandi* dos governos federais a partir de 2010 deu-se, prioritariamente, por agendas que visavam incentivar a indústria e recuperar sua capacidade de crescimento (DWECK; TEIXEIRA, 2017).

Dilma Vana Rousseff, então eleita como a 36ª presidente do Brasil, foi escolhida por Luiz Inácio Lula da Silva para dar continuidade ao mandato do ex-presidente e o seu legado construído pelo Partido dos Trabalhadores desde 2002. Encontrou um país como nunca: com a alta das *commodities* aliada ao crescimento exponencial da economia chinesa e com o Brasil sendo um dos principais exportadores, a economia brasileira enxergou taxas de crescimento que beiravam os 4% na década de 2000.

O governo Lula foi o precursor de um crescimento saudável, entregando o seu mandato com uma valorização do salário-mínimo real, menor vulnerabilidade externa, moeda valorizada, aumento de investimentos, queda da inflação e da dívida pública e um país com uma taxa de desemprego que beirava os 5,3% (o que, para o país com proporções do Brasil, entende-se como um pleno emprego). Carvalho (2018) retrata que o crescimento sustentável brasileiro durante a era Lula se deu prioritariamente por três pilares: o primeiro foi a política de distribuição de renda, que através de diversos programas sociais (sendo o Bolsa Família o principal deles) permitiu um aumento no nível dos salários-mínimos reais e permitindo uma maior oportunidade de acesso à educação, alterando a composição do padrão de consumo das famílias e reduzindo as desigualdades sociais.

Em paralelo ao aumento da renda e a maior qualificação profissional através de uma melhora da educação por um todo, o segundo pilar foi o acesso ao crédito facilitado. A expansão do crédito direcionado, que se dá com taxas de juros menores que o dos créditos livres e prazos de pagamento maiores permitiu com que mais pessoas tivessem acesso a financiamentos mais baratos do que o praticado pelos bancos convencionais.

O terceiro e último pilar, segundo a autora, foi o aumento dos investimentos públicos, muito influenciado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Houve, por consequência dos investimentos do governo federal, uma dinamização do mercado, influenciando também massivos investimentos do setor privado.

Em resumo, o sentimento do país entregue à Dilma no primeiro ano de seu mandato, em 2011, era único em toda história da política econômica brasileira. A partir dali, entretanto, começaram os problemas que culminaram na eleição de Jair Bolsonaro, em 2018.

A agenda econômica do governo Dilma foi, prioritariamente, voltada às indústrias e, por conseguinte, seus representantes. No primeiro ano de seu mandato, iniciou-se uma mudança na política fiscal frente ao praticado nos dois governos antecessores: ao invés de continuar a política fiscal expansionista da era Lula, o então governo federal optou por uma política fiscal contracionista, trocando o aumento dos investimentos públicos por sua contenção. Sua missão, como relata Carvalho (2018) era a redução da valorização absurda do real através da redução da taxa básica de juros (SELIC). A política de contenção de gastos também foi mais uma das estratégias adotadas pelo governo Dilma que, somadas às outras, semearam um terreno propício para desacelerar a economia e criar um caos socioeconômico. No que tange a política econômica, o governo Dilma utilizou-se da taxa de juros como principal fator para combater a inflação (CONTRI, 2014), que estava em tendência de alta desde 2008 principalmente no setor de serviços.

No que tange a política fiscal, o primeiro mandato do governo Dilma exerceu as desonerações tributárias (incentivos fiscais – redução da carga tributária - para produtos e operações determinados) e salariais como parte central de sua política. Gradualmente o governo aumentou os beneficiados pelas desonerações, aplicando tal política à diversos setores industriais. Somada à redução da alíquota de impostos (IPI e PIS/COFINS, por exemplo) durante anos, houve também desonerações das folhas salariais, que, segundo Carvalho (2018, p.70), tinha o objetivo de “manter

empregos e elevar a competitividade nos setores da indústria mais intensivos em trabalho por meio da redução dos custos com a mão de obra”. Contri (2014) retrata que tais desonerações salariais não foram suficientes para aumentar o volume de exportações, restringindo-se ao aumento de margem dos setores beneficiados.

Como se sabe, o resultado da diminuição das alíquotas dos tributos gerou uma forte perda de receita. Segundo Dweck e Teixeira (2017), os resultados primários do governo – que dependem das receitas primárias e das despesas primárias – começam a ter impacto a partir de 2012, alcançando 1,4% do PIB e 1,1% em 2013. A partir de 2014, o resultado primário do governo foi negativo, muito influenciado pela perda de receita causada pelas desonerações exacerbadas. Concomitante à perda de receita, a despesa primária federal também aumentou ao longo do primeiro mandato de Dilma, chegando a patamares de 17,9% do PIB em 2014, longe dos 16,2% de 2008 (em 2009 e 2010, por consequência da crise mundial, houve um aumento das despesas para evitar o impacto negativo na estrutura econômica do país). Seu resultado foi um total de R\$458 bilhões, segundo levantamento da Receita Federal, que equivale a 17 anos de Bolsa Família e 10 vezes mais o que foi concedido no governo Lula (SOUZA; VILLAS BÔAS, 2015).

Outro ponto crucial dos primeiros anos de Dilma Rouseff na presidência foi a redução gradual dos investimentos públicos – movimento contrário ao que vinha acontecendo no governo antecessor, que fechou o último ano de governo com os investimentos públicos representando 4,6% do PIB, enquanto em 2014 (último ano do primeiro mandato de Dilma), esse número estava em 3,94% do PIB (CARVALHO, 2018). Durante seu primeiro ano de mandato, foram concedidos diversos projetos de concessões através do PIL (Programa de Investimento em Logística), que visava aumentar as Parcerias Público-Privadas e, por consequência, o aumento da participação do investimento do setor privado na infraestrutura. Por conta de diversas dificuldades, o modelo foi alterado e atrasou seu impacto na economia real.

Os sucessivos erros cometidos pelo governo federal impactaram negativamente tanto a economia, quanto a sociedade brasileira. Este foi o ponto de partida da catástrofe que o Brasil enxergaria a partir dali. Supracitado, o caos teve seu ponto de partida em 2013. Inicialmente liderado pelo Movimento Passe Livre em São Paulo, a ideia principal do que ficou conhecido como Jornadas de Junho era protestar contra o aumento das passagens de transporte público na capital paulista, bem como mobilizar a população favorável ao Passe Livre. O movimento alastrou-se para o país

todo à medida que os protestos repercutiam, tanto nacional quando internacionalmente, tendo alcançado mais de 500 cidades no Brasil e repercutindo até o final do ano.

A fachada inicial da insurreição era de fato a luta contra o aumento das passagens (vide mote inicial dos protestos: “Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar”). No entanto, o eco dos protestos acendeu uma chama em um país encharcado por gasolina; a disparada do dólar, a vulnerabilidade externa crescente e o crescimento exacerbado dos casos de corrupção pelo governo federal – culminando no início da Operação Lava Jato, em 2014 -, resultaram em uma outra onda de protestos, que continuaram ao longo dos anos seguintes até o impeachment de Dilma Roussef, em 2016, extremamente parciais, visto que eram por muito organizadas e financiadas por movimentos de oposição (como o MBL – Movimento Brasil Livre), que visavam a “reconstrução” de um país “petista”.

Já em 2014, passado o ápice dos protestos sociais, o Brasil começou a sentir de fato os impactos macro e microeconômicos das políticas mal geridas do governo Dilma. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principal índice que mostra a variação dos preços em um período contra o outro, chegou na casa dos 6,75% em setembro de 2014, quase um ponto percentual acima do que fechou em 2013. Ainda segundo Carvalho (2018), o consumo das famílias cresceu apenas 2,3% em 2014, fechando em uma queda de 1,2% contra 2013. Enxerga-se o mesmo movimento para dois outros componentes macroeconômicos: a FBKF (Formação Bruta de Capital Fixo) e as exportações. Respectivamente, o primeiro caiu 4,2% no ano de 2014 *versus* um crescimento de 5,8% em 2013. Já o segundo, sofreu uma redução de 1,1%, enquanto havia crescido 2,4% em 2013. O desemprego, contrariando as estatísticas, se manteve estável a uma taxa de 6,8%, ante 6,9% no último semestre de 2013.

Em somatória com os Protestos de junho de 2013, em 2014 a Polícia Federal iniciou uma operação que mudaria os rumos do país de dali em diante. A Operação Lava Jato, a maior operação contra a corrupção da história do Brasil, recebeu esse nome pois investigava esquemas de corrupção envolvendo a Petrobrás, empreiteiras (como a Odebrecht e Andrade Gutierrez) e políticos de todas as esferas. Ao todo, a Operação teve 79 fases desde o início de sua operação. Dentre os diversos nomes que foram detidos, estão os do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, bem como Marcelo Odebrecht, ex-

presidente da empreiteira Odebrecht (que mudou seu nome para Novonor) e o doleiro Alberto Youssef, responsável por crimes de lavagem de dinheiro.

A ex-presidente Dilma não teve em nenhum momento seu nome envolvido nas delações e não virou ré do processo – o questionável, entretanto, era se havia ou não conhecimento da maior representante do executivo a respeito das acusações de nomes renomados do Partido dos Trabalhadores. Essa premissa, falsa até que se prove o contrário, era a brecha que a oposição precisava para inflar o ego de uma população polarizada e cada vez mais desacreditada com os rumos da nação. O cenário sombrio e caótico estava formado.

Somado a todo esse ambiente político-econômico-social, 2014 era ano eleitoral. Com o país dando indícios claros de polarização, em 2014, Dilma foi reeleita por 51,6% dos votos válidos no segundo turno, assumindo o país em 2015 com um cenário extremamente desfavorável: foi atribuído ao Partido dos Trabalhadores, que tinha a ex-presidente como representante máxima, a culpa pela situação caótica em que o país se encontrava. Para além do sentimento de culpa, o brasileiro alimentou um sentimento que se perdura até os dias de hoje e que, sem sombra de dúvidas, foi o grande responsável pela ascensão de Jair Bolsonaro ao poder: o antipetismo.

2.1.2 O segundo mandato

Reeleita democraticamente contra o principal expoente da oposição Aécio Neves (PSDB), Dilma estava no pior momento político da história do Brasil acima da maior cadeira do Executivo. O ano de 2014 iniciou o que se refletiria com força em 2015, ano que marcou o início de seu segundo mandato, considerado por muitos economistas um passo atrás na história.

Quase todos os índices econômicos tiveram retração ou queda de perspectiva no ano de 2015. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a produção industrial teve queda de 7,8% até outubro, puxada muito pela indústria de transformação (queda de 9,6% no mesmo período). Sua participação em termos do PIB atingiu uma mínima histórica de 11,4%. Todo o fomento do primeiro mandato do governo Dilma, com fortes desonerações fiscais para estimular a indústria, não só não tiveram o resultado previsto, como também atingiu o pior nível da história do país.

Com relação ao comércio, ainda segundo o IBGE, o comércio varejista teve o mesmo volume de vendas que em 2012, fazendo com que o índice recuasse três anos. O setor de veículos e automóveis puxou o maior recuo do comércio, atingindo níveis de 16,9% de retração. O setor de móveis, eletrodomésticos, livros e papelaria e vestuários também tiveram sua forte participação na queda do comércio, apresentando índices negativos de, respectivamente, 15,5%, 12,3%, 9,6% e 7,5%.

A maior participação em termos relativos ao PIB é o setor de serviços (que engloba grande parte dos empregos formais). Até outubro de 2015, o setor apresentou uma retração de 3,1%, puxado pelo segmento de serviços prestados às famílias, que teve um recuo de 5% no mês de outubro. O setor teve perda de aproximadamente 70 mil vagas de trabalho no acumulado do ano, o oposto do ano antecessor, em que cerca de 480 mil empregos foram criados no setor.

Em termos de Produto Interno Bruto, a economia brasileira teve resultado extremamente negativo, encolhendo 3,8% quando comparado a 2014 e chegando a R\$ 5,9 trilhões em valores correntes, segundo o IBGE. Per capita, o PIB chegou a R\$ 28.876, número 4,6% menor que em 2014.

Em resumo, 2015 foi o ano em que realmente os impactos negativos do primeiro mandato Dilma vieram à tona. O recuo da atividade econômica gerou um caos no país, polarizando cada vez mais o que já estava polarizado e criando um ambiente de tensão tanto no âmbito econômico e social, quanto no âmbito político – este último terá um impacto significativo em 2016, como será visto adiante. Os resultados negativos afloraram ainda mais o sentimento da população quanto à necessidade de troca de governo. Dilma sabia que seu segundo mandato seria difícil de governar, mas não poderia prever o que estava por vir. Os protestos continuaram no país, agora com participação cada vez mais ativa de movimentos como o MBL (Movimento Brasil Livre) e Passe Livre, que três anos antes diziam-se imparciais na luta contra o aumento das passagens no transporte público e passaram a ser oposição ao governo federal.

2.1.3 O Impeachment

Mais recorrente do que o normal na virgem democracia brasileira, tendo ocorrido duas vezes após a redemocratização (25% dos presidentes, desconsiderando Tancredo Neves), o Impeachment, ou destituição de impedimento,

é o processo jurídico de afastamento do Presidente da República, em uma democracia representativa onde o sistema é presidencialista, quando constatado crime contra o bem público previsto na Constituição (no caso brasileiro, a Constituição de 1988).

O desastre das políticas fiscais adotadas por Dilma, somada às características espúrias de uma elite delirante que se mostrou cada vez mais forte a favor da queda da ex-presidente, resultou em um dos processos – se não o mais – conturbado da história do Brasil. Desde seu início, o processo de destituição da presidente Dilma foi marcado por manifestações contundentes de órgãos públicos, como a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), até a votação pela continuidade do processo na Câmara dos Deputados.

Apesar da situação frágil que o país se encontrava, principalmente no âmbito econômico, com uma recessão que assombrava o mercado e fazia com que a taxa de desemprego decolasse ao longo de 2016, os resultados fiscais de um governo não são premissas para a abertura de um processo de Impeachment. Dentro do jogo democrático, apesar de sempre existir dois ou mais lados, não se pode perdurar o juízo de valor em hipótese alguma, algo que desmoraliza todo o processo da democracia.

No dia 2 de dezembro de 2015, um dos diversos pedidos de Impeachment protocolados contra a então presidente foi acolhido pelo presidente à época da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. O pedido foi protocolado por Janaína Paschoal, Miguel Reale Jr. e Hélio Bicudo, bem como algumas figuras antes desconhecidas, mas que tomaram frente do processo como Kim Katagiri (atual Deputado Federal por São Paulo, mas na época pertencente ao Movimento Brasil Livre), Rogério Chequer (fundador do movimento “Vem Pra Rua”, que à época tinha como mote a luta contra a corrupção) e Carla Zambelli (participante do Movimento Contra Corrupção na época e atual Deputada Federal por São Paulo).

A então alegação de Crime de Responsabilidade por parte da acusação se deu por conta de manobras fiscais agressivas cometidas pela então presidente como forma de maquiagem as contas públicas. Na época, essa manobra ficou amplamente conhecida como “Pedaladas Fiscais”. Em resumo, a prática das pedaladas ocorre quando há o atraso proposital do repasse de dinheiro por parte do Tesouro Nacional aos bancos tanto públicos, quanto privados, que cuidam de programas e benefícios sociais (Minha Casa, Minha Vida e Bolsa Família, por exemplo). No geral, ao não repassar o dinheiro, o governo federal postergava o pagamento e mensalmente

apresentava despesas menores, aumentando artificialmente o superávit primário e maquiando o cenário real das contas públicas. Segundo o TCU (Tribunal de Contas da União), durante os anos de 2012 e 2014, R\$ 40 bilhões foram envolvidos nessa manobra fiscal.

Carvalho (2018) relembra que, apesar das pedaladas terem ficado amplamente conhecidas e terem sido o motor do aumento da polarização política em curso no país, a denúncia auferida contra a ex-presidente de assinatura de seis decretos de abertura de crédito suplementar que não condiziam com a meta fiscal acabou ganhando maior representatividade no processo. Entretanto, assim como qualquer empresa, o orçamento do ano sucessor é elaborado sempre na metade do ano corrente e a abertura de créditos suplementares existem para corrigir e melhorar despesas computadas na Lei do Orçamento. A denúncia feita contra Dilma citava que os créditos suplementares aumentaram as despesas do governo, o que é errôneo, visto que

O instrumento permite que o governo [...] escolha como utilizar seu espaço fiscal remanescente [...]. O que fizeram foi possibilitar a realocação interna de recursos entre rubricas, já que o limite total para a execução foi definido pelos decretos de contingenciamento (CARVALHO, 2018, p. 107).

Ainda segundo a acusação, os decretos sancionados pela presidente com a somatória de R\$ 95 bilhões fizeram com que não fosse cumprida a meta fiscal de 2015. A LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), a qual as pedaladas fiscais de Dilma foram enquadradas, não esclarece em sua carta máxima quantos dias de atraso de repasse do dinheiro aos bancos públicos é caracterizado crime de responsabilidade e nem um teto para esses mesmos valores.

Com o passar do tempo, cada vez mais foi tomando forma a teoria de que o impeachment, na verdade, foi motivado por forças extra democráticas. O ato das pedaladas, bem como a concessão de crédito suplementar – este que foi deveras usado pelo governo Lula e Fernando Henrique Cardoso ao longo de seus respectivos mandatos – não são manobras únicas de Dilma; são manobras utilizadas recorrentemente em todas as esferas do poder executivo e que, caso fossem julgadas de forma igualitária, deveriam se enquadrar como crime de responsabilidade.

Em maio de 2016, enquanto a ex-presidente já havia sido afastada de seus poderes após decisão do Senado Federal de aprovação da abertura do processo, um áudio entre o ex-senador Romero Jucá e o ex-presidente da Transpetro (Petrobrás

Transporte S.A.) no governo Dilma, Sérgio Machado, indicam a irregularidade do processo e a real motivação do Impeachment. Em conversas interceptadas, o ex-senador sugere um verdadeiro “acordão” para afastar Dilma do seu exercício de poder e impedir que a Operação Lava Jato continue no país. Segundos os áudios gravados, Machado sugere que “a solução mais fácil era botar o Michel” (Temer, vice-presidente à época) e continua “É um acordo: botar o Michel (Temer), num grande acordo nacional”, com a confirmação de Jucá “com o Supremo, com tudo”.

O impeachment foi, na verdade, um grande plano orquestrado para livrar políticos da velha guarda da Operação Lava Jato e iniciar um processo neoliberal no país, com reformas (trabalhista e previdenciária, por exemplo) através de um comandante que não seja “à esquerda”. Carvalho (2018) afirma que já era consenso entre o empresariado brasileiro que a única saída para a crise e a solução dos problemas fiscais do Brasil era a renovação, a qualquer custo, do posto de presidente – custo esse que foi pago através do enfraquecimento da jovem democracia brasileira. À população, foi vendida a ideia de uma dicotomia político-social (o “nós” contra “eles”, o “bem” contra o “mal” ou, o mais comum, os “petistas” e os “antipetistas”). Essa dualidade da esfera política, na verdade, foi o que comandou os rumos do país após 2016 – e, como visto, é a premissa básica para o afloramento de um governo de direita-extremista.

2.2 A era Temer

Michel Temer (MDB), até então vice-presidente de Dilma Rousseff, tornou-se presidente interino em 12 de maio de 2016 após o Senado Federal autorizar a abertura do processo de Impeachment e afastar a ex-presidente do cargo por 180 dias. No dia 31 de agosto do mesmo ano, como já previam diversos analistas da época, Dilma foi impichada e Michel Temer assumiu o cargo máximo do Executivo até o final de 2018.

Apesar de no final do segundo mandato do governo Dilma (2015), com a nomeação de Joaquim Levy para ministro da Fazenda, já ter sido um momento da economia brasileira mais direcionada para a ortodoxia ao invés da heterodoxia, Temer, quando eleito, aplicou em todas as esferas econômicas a ortodoxia liberal, mudando estruturalmente a política econômica brasileira. Oreiro e Paula (2019) relembram que essa mudança estrutural foi feita através de reformas – trabalhista e previdenciária, por exemplo – e políticas monetárias conservadoras, bem como

políticas fiscais contracionistas (com a implementação do Teto de Gastos) e políticas cambiais flexíveis.

2.2.1 Austeridade fiscal: economia e a ilusão de um estado de bem-estar social

Como parte de uma trajetória neoliberal dominante e como plano de ajuste rápido da economia brasileira, a austeridade fiscal foi parte fundamental da agenda econômica do governo Temer, sucedendo a agenda de Dilma, atendendo a interesses mercadológicos e a empresários pouco interessados no desenvolvimento sustentável (lê-se saudável) do país. Através de reformas estruturais, incluindo até a criação de PEC (Proposta de Emenda Constitucional), 2016 foi o ano em que de fato os princípios da austeridade entraram em vigor no setor público do país.

O debate da austeridade fiscal é, de certo modo, novo na literatura econômica, tendo sido abraçado pelos economistas após a crise do *subprime*, em 2008. Em sua definição, como retrata Rossi:

Austeridade não é um termo de origem econômica. A palavra tem origens na filosofia moral e aparece no vocabulário econômico como um neologismo (...) para exaltar o comportamento associado ao rigor, à disciplina, aos sacrifícios, à parcimônia, à prudência, à sobriedade e reprimir comportamentos dispendiosos, insaciáveis [...] (ROSSI, 2019, p. 3).

Com isso, à época, entendeu-se que políticas econômicas austeras remetiam a repressão de dispêndio. De fato, a austeridade fiscal é um conjunto de medidas tomadas à luz do orçamento público que, em tempos de crise, tendem a equilibrar as contas públicas através de contenção de gastos e/ou aumento de receita (inclui-se aumento da arrecadação de impostos). Na política austera há duas premissas básicas, são elas: i) a de que com a austeridade há o aumento da confiança dos empresários, sendo ela a forma de restauração da confiança do mercado; e ii) que o orçamento público se iguala ao orçamento de uma família. Com efeito, isso significa dizer que um dos pressupostos do discurso da austeridade é que, simplesmente, o governo não pode gastar mais do que ganha, desconsiderando o Estado como um agente gerador de renda. Entretanto, o debate que caracteriza a austeridade fiscal não fica única e exclusivamente no âmbito entre gasta-se mais ou menos, e sim nos impactos socioeconômicos que essa política gera para a sociedade e governo como um conjunto.

Blyth (2013 *apud* ROSSI, 2019, p. 4), relata que a lógica inicial da austeridade fiscal é que, na verdade, a contenção de gastos públicos aliada ao aumento de impostos (política fiscal restritiva) pode gerar, ao final da crise, um efeito expansionista que resulta no crescimento econômico. A teoria relata que os agentes econômicos, ao enxergarem uma maior responsabilidade do governo para com as contas públicas, tendem a conceder credibilidade gerando maiores expectativas, o que geraria reinvestimento desses agentes nas linhas produtivas do país.

Desse modo, o aumento do investimento privado levaria a economia à recuperação, gerando cada vez mais o aumento do consumo das famílias. O que não se enxerga na teoria austera é que há, na realidade, incontáveis malefícios à população, visto que nos dois lados da moeda a sociedade como um todo sai prejudicada; seja pelo aumento das taxações, seja pela redução gradual do nível de investimento público, resultado em menos oferta de infraestrutura, lazer e bens e serviços públicos. A austeridade, como relata Santos e Vieira (2018, p. 2305), “não é daqueles que consomem mais (os ricos), mas a dos trabalhadores e dos cidadãos que dependem de serviços públicos, o que aumenta a injustiça social”.

Sabe-se que os investimentos – públicos e privados – são o motor da economia para a condução do ciclo de crescimento, sendo eles as variáveis-chave do desenvolvimento econômico. No geral, os investimentos públicos e privados devem carregar consigo uma relação de complementariedade, e não de subtração. John Maynard Keynes, expoente economista do século XX, refuta a ideia de que em tempos de crise o Estado deve se abster dos investimentos públicos e focar no corte de gastos, assim como firma a austeridade fiscal.

Na visão de Keynes, em discordância com a política austera, é que justamente nos momentos de crise o Estado deve ampliar seus investimentos, sendo ele o orientador do direcionamento do crescimento econômico, como menciona Ramos:

[...] o Estado deve impulsionar a demanda agregada, diminuir as incertezas, restaurar a confiança e tentar influenciar as expectativas para que os empresários decidam investir e os bancos optem por desembolsar crédito (RAMOS, 2015, p. 34).

E continua,

A tributação e os gastos do governo agem diretamente sobre a demanda agregada na economia [...] desta forma, diminuir a tributação e aumentar os gastos do governo são importantes medidas para atenuar e reverter impactos negativos de uma crise (RAMOS, 2015, p. 34).

Na verdade, é relativamente simples entender a dinâmica de Keynes, visto que durante os momentos de expansão da economia – com o setor privado investindo cada vez mais no país – os impactos dos investimentos públicos não seriam enxergados, enquanto durante os momentos de crise tais investimentos podem gerar emprego e, por consequência, aumento de renda e dispêndio das famílias.

A austeridade, portanto, é uma política neoliberal bastante controversa, visto que mira o crescimento econômico em tempos de crise, mas acaba acertando em cortes de benefícios sociais e aumento de tributos. Rossi (2019, p. 8) afirma que a austeridade é, na verdade, contraproducente do ponto de vista econômico e fiscal e equivocada do ponto de vista social.

Como forma de abstrair e dar jus ao nome das políticas austeras inseridas no cenário econômico brasileiro a partir de 2016, o ex-presidente traçou sua agenda político-econômica através do documento “Uma Ponte para o Futuro”, que exemplificava as reformas preteridas pelo governo federal que permitiriam a retomada do crescimento brasileiro. Carcanholo (2016) relembra que o caráter do documento é de passar uma credibilidade externa como um governo que preza pela mudança estrutural brasileira, vendendo suas políticas neoliberais como novas enquanto, na verdade, o Brasil já havia experimentado em crises passadas (década de 90) as mesmas – ineficientes – estratégias. Ao contrário do que afirmava a oposição da época, os governos petistas pós Fernando Henrique Cardoso não exilaram as políticas neoliberais de seus planos de governo, e sim surfaram em boas ondas do cenário externo e conviveram com estratégias mercadológicas.

De todas as reformas prometidas no documento supracitado pelo ex-ministro Meirelles e sua equipe econômica, apenas duas das quatro saíram do papel. As reformas tributária e previdenciária não tiveram o avanço previsto e ficaram apenas no âmbito das promessas. No entanto, duas delas foram cumpridas e estão em exercício, sendo a reforma fiscal (denominado de “Teto de Gastos”) e a reforma trabalhista, ambas aprofundadas a seguir.

2.2.2 Austeridade fiscal no Brasil e reformas neoliberais

2.2.2.1 Emenda Constitucional 95

Com um cenário fiscal deteriorado, o *dream team* econômico do governo Temer, como ficou conhecido, apostaram suas fichas em reformas que seguiam a dinâmica austera. O quadro fiscal do Brasil não era nada positivo: para se ter uma ideia, segundo o IBGE, os gastos com juros no país saltaram de 5,4% do PIB em 2014 para 8,4% em 2015 – três pontos percentuais em menos de um ano fiscal. Movimento semelhante ocorre com resultado nominal, que teve um déficit de 6,0% do PIB em 2014 e saltou para 10,2% em 2015. As contas públicas, de fato, estavam deterioradas, como afirmava os defensores das reformas neoliberais prestes a acontecer no país. Diante desse cenário, tramitou no Congresso Nacional a PEC 55/2016 (Proposta de Emenda Constitucional) – também conhecida como “PEC do Teto” ou apenas “Teto de Gastos” -, tendo sido aprovada pelo Senado Federal em 16 de dezembro de 2016 e virando Emenda Constitucional nº. 95.

A PEC do Teto, como assim será chamada de agora em diante, teve como objetivo definir um novo regime fiscal para o país: a partir do ano fiscal seguinte à aprovação, ou seja, 2017, todas as despesas primárias seriam congeladas em termos reais durante 20 anos, limitando-se apenas à inflação do ano fiscal anterior – o cálculo, segundo a publicação original, é a inflação medida nos últimos 12 meses.

Em resumo, o novo regime fiscal a partir de 2017 não permite o crescimento das despesas do governo acima da inflação, desconsiderando as taxas de crescimento econômico do país até 2036 e ignorando toda e qualquer tendência positiva de recuperação econômica do país. As despesas primárias estão limitadas à mesma taxa do ano anterior corrigida pela variação do IPCA, medido pelo IBGE. Em termos reais, ou seja, desconsiderando a inflação, as despesas primárias estacionarão no mesmo patamar de 2016 até 2036.

O texto promulga que há um limite individualizado para a despesa primária para toda a esfera de poder, sendo todas elas obrigadas a exercer o Teto, abrangendo o Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, TCU, Ministério Público da União e Defensoria Pública da União, Conselho Nacional do Ministério Público e as entidades de administração pública e/ou federal. A emenda constitucional não propõe

nenhuma reforma no que tange as despesas com juros e amortização da dívida pública.

A Emenda Constitucional nº. 95 é extremamente duvidosa e sua aprovação e já ocorrência merece alguns levantamentos. O primeiro ponto, como traz à discussão Lacerda (2019), é que, apesar de única no contexto global – tanto por sua duração, quanto por suas particularidades – o teto de gastos da forma como foi definido foca única e exclusivamente no nível de despesa primária do governo; poder-se-ia, por exemplo, determinar um teto para as dívidas e empréstimos do governo. Ainda segundo os autores, os gastos com saúde e educação “podem apresentar uma queda dos atuais 4% do PIB para algo em torno de 3% do PIB no período de 10 anos”.

Sicsú (2016) retrata que, apesar do crescimento constante dos gastos primários (saúde, educação e cultura, por exemplo) a partir de 2003, o motivo do déficit orçamentário por conta do segundo tipo de gasto do governo: pagamento de juros e amortização da dívida pública. Isso significa dizer que o pagamento de juros da dívida pública excede, ano após ano, os gastos primários do governo. O estímulo ao crescimento aqui faz-se extremamente necessário. O argumento dos criadores da Emenda de que única e exclusivamente a adoção do Teto de Gastos melhorará o quadro fiscal brasileiro é, como continua o autor em questão, falacioso

Isso em si pode não melhorar nem piorar os resultados fiscais [...] os resultados fiscais dependem de outros fatores: crescimento, arrecadação e o pagamento de juros da dívida pública. Além de tudo, essa relação despesas primárias/PIB poderá até aumentar se houver, como é provável, prolongamento do ciclo recessivo ou estagnacionista (SICSÚ, 2016, p. 2).

O objetivo da EC95 é, sem sombra de dúvidas, reduzir o tamanho do estado brasileiro como parte de políticas austeras do governo Temer. O debate, é polêmico. Mais uma vez, sem novidade, o Brasil se dividia entre os apoiadores e os não apoiadores da PEC do Teto – aqueles que eram contra, eram taxados de Petistas, enquanto os que eram a favor, eram chamados de Golpistas. A polarização político-social nunca esteve tão à flor da pele como nesse momento.

2.2.2.2 Reforma Trabalhista

Com o intuito, segundo o governo federal, de minimizar o alto índice de desemprego a partir de 2014 (11,3% em 2015, segundo a PNAD Contínua) com o governo Dilma, foi instituída a Lei nº 13.467/2017, apelidada de Reforma Trabalhista,

que alterou a última edição do texto da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) – tendo sido modificado em mais de 100 pontos. Com o argumento – plausível – de que estava ultrapassada (haja vista que sua última alteração foi em 1943), o texto original da CLT desconsiderava qualquer avanço das relações trabalhistas e contratuais, por muito resultado dos avanços tecnológicos. Alguns pontos estruturais foram modificados, como a contribuição sindical, demissão, jornada de trabalho, férias e dano extrapatrimonial, por exemplo.

É bem verdade que o argumento do governo federal da não atualização da CLT faz-se justo. O antigo modelo desconsiderava qualquer avanço dos últimos 70 anos na nova gestão da força de trabalho, bem como não levava em conta o avanço dos modelos implementados pelas grandes multinacionais, com diversas políticas contemporâneas de salário e carreira.

Marques e Nakatani (2019) relembram que o mercado de trabalho brasileiro é subdividido em dois: formal e informal. Respectivamente, os trabalhadores no primeiro tinham garantido por lei seus direitos trabalhistas e previdenciários. No segundo, não há amparo legal no que tange a jornada e condições de trabalho (sendo, por muito, insalubres) e remuneração. A intercambialidade entre os dois mercados também não é uma norma e depende “dos requisitos necessários exigidos pelo setor de atividade que emprega o trabalhador”. Com isso, é possível concluir que a transição do mercado informal para o mercado formal não depende única e exclusivamente da necessidade e vontade do trabalhador, e sim de uma mescla entre carência e exigência do empregador.

Levando em conta o exposto, a reforma trabalhista deveria ser conduzida de forma a considerar o massivo contingente de trabalhadores informais no Brasil, algo que não foi feito. Sua intenção, como mais uma das reformas neoliberais propostas pelo governo Temer, era

Conceder garantia jurídica para que o grande capital internacional, principalmente o financeiro, mas associado ao capital industrial e comercial, complete a integração da economia brasileira à economia mundial (MARQUES; NAKATANI, 2019, p. 232).

Na nova condição celetista, com exceção de condições que tangem a vida do empregado e remuneração menor que o salário-mínimo, passa a ser regra a negociação das normas empregatícias entre empregador e empregado. A ideia, de fato, é boa; a sua execução, nem tanto. Para que esse modelo seja ideal, a condição

de igualdade entre empregador e empregado deveria ser uma premissa básica. Na realidade, a dependência do empregado, vital e direta, para com o seu trabalho já o coloca em situação de desigualdade perante o empregador. Ao trabalhador, portanto, cabe somente a aceitação dos requisitos propostos pelo empregado, colocando-o em situações vulneráveis como jornada de trabalho extensiva e exaustiva e redução da relação trabalho/hora; caso não aceite, entrará em ociosidade. Há, com isso, a flexibilização do trabalho. Os sindicatos laborais, por sua vez, também sofreram consequências com a reforma trabalhista. É preciso, antes de tudo, entender que os sindicatos, ao contrário do que afirma a extrema-direita, agem como mediador dos acordos trabalhistas. Com a nova reforma, o sindicato perde seu poder de mediação.

A Nota Técnica nº178 do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) de 2017 afirma que o trabalhador será inserido no mercado de trabalho com menor proteção, visto a não participação de um sindicato laboral intermediando as negociações e a regulamentação de contratos precários. Mais adiante, relata que há a flexibilização de direitos básicos das condições de trabalho, como férias, proteção às mulheres gestantes e isonomia salarial.

A ampliação do contrato de trabalho em tempo parcial é outro ponto que merece atenção na reforma. O novo texto promulga que o novo limite de horas semanais para o trabalho em tempo parcial passa de 25 para 30 horas, o que pode resultar, segundo o DIEESE, em “subutilização da força de trabalho [...] que resulta em rendimentos inferiores”. Ainda segundo a nota técnica, há a possibilidade da precarização dos contratos de trabalho inferiores a 40 horas semanais.

Soma-se a esses fatores outro ponto da nova reforma: a terceirização. A partir de 2017, quando aprovado o novo regime de trabalho, a terceirização pode ocorrer tanto no setor público, quanto no setor privado, em qualquer ramo de atividade (meio ou fim). Antes da validade da lei, a terceirização era apenas permitida nas atividades meio (ligadas aos serviços de apoio às atividades fim). Isso significa dizer que, agora, as atividades fim (que tem finalidade essencial para empresa) também poderão ser terceirizadas.

Desse modo, pode-se dizer que os cenários abrangidos abrem margem para premissas de políticas liberais que serão continuadas no governo Bolsonaro, como será visto a seguir.

3 O caso brasileiro: o fenômeno Bolsonaro

A crise em diversos âmbitos que assolava o país estava em seu ápice com a concentração política que emergia. Não há nada mais significativo que leva à ruína de uma democracia que a estagnação do crescimento econômico. Przeworski (2020) entende que a estagnação prolongada da renda é o fator principal que leva a derrocada democrática. É, então, simples de analisar o motivo: uma democracia existe única e exclusivamente pelo fato de a população escolher quem comandará os rumos do país em determinado período, e não há nada mais relevante para o eleitor do que a estagnação de sua renda.

O Brasil estava sem rumo: não há caminho mais sólido para o desastre socioeconômico do que a polarização que se intensificava de forma cada vez mais veloz no país. O solo estava fértil para o surgimento de extremistas. Przeworski (2020) detalha que

Se o passado é um guia, devemos prestar atenção nas condições econômicas: a renda, seu crescimento e sua distribuição. [...] o quanto a democracia está consolidada no hábito de trocar governos por meio de eleições. Devemos observar a intensidade das divisões sociais: o tamanho tanto da polarização como da hostilidade entre adeptos de diferentes soluções políticas (PRZEWORSKI, 2020, p. 104).

O autor continua, posteriormente, citando que existem alguns sinais que o cenário político demonstra que caracterizam uma possível democracia em crise.

O primeiro sinal é o rápido desgaste dos partidos tradicionais. Desde a redemocratização do Brasil, na década de 1980, primordialmente dois partidos políticos dominaram o mais alto cargo do executivo: PT (Partido dos Trabalhadores) e PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Desde 1994, ambos dominaram os rumos do país até o impeachment de Dilma Roussef (PT), em 2016, tendo duas figuras preponderantes no cenário político: Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB). A então jovem democracia brasileira, portanto, enxergou praticamente apenas dois partidos liderando a nação. Hoje, quando analisamos o cenário político, enxerga-se um PT frágil, sem confiança dos eleitores pelo fato dos esquemas de corrupção que assolaram os políticos do partido, bem como um PSDB enfraquecido e sem capacidade de lançar candidatos que tenham a força política necessária para o alto cargo do executivo, tanto em âmbito federal e estadual.

O segundo sinal, segundo o autor, é o avanço de partidos e políticos com atitudes e discursos segregadores e nacionalistas. Nada mais factível para o Brasil que citar o avanço da extrema direita no país, representada por Jair Bolsonaro, que constantemente critica as cotas raciais, os direitos das mulheres e a não “normalidade” da relação homossexual. Em termos práticos, os discursos de ódio tornaram-se cada vez mais corriqueiros na população brasileira e permitiram cada vez mais que os discursos se tornassem atos inaceitáveis contra as minorias.

O último sinal refere-se ao declínio do apoio à democracia por parte da opinião pública. É fato que este, por si só, não representa o Brasil. Segundo a pesquisa do Datafolha, em agosto de 2022, 75% dos brasileiros afirmaram que a democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo (máxima histórica desde o início da pesquisa, em 1989). O outro lado da moeda também é positivo: o apoio à ditadura atingiu o seu menor índice histórico, à níveis de 7% da população total.

Dito isso, é possível entender que, na análise de Przeworski (2020), e trazendo para o âmbito nacional, o Brasil se enquadra em dois dos três sinais possíveis de que a democracia do país se encontra em um momento, turbulento e frágil. Os sinais, reflexos de uma corrosão no cenário político-econômico brasileiro, cercearam a chegada da extrema-direita no Palácio do Planalto.

Das entranhas do caos emergido no Brasil a partir das Jornadas de Junho de 2013, surge um personagem que retrata a face do que foi exposto no início deste trabalho, com um discurso forte, ríspido e truculento, atacando a imprensa, oponentes políticos e partidos em específico, se autopromovendo de fatos jamais comprovados e proliferando notícias falsas a seus eleitores. Não era esperado menos que isso: o país estava um desastre. Não só no âmbito econômico e político, mas principalmente no social; a taxa desemprego alcançou sua máxima histórica antes das eleições de 2018. Como exposto previamente, é do caos, da desordem e, principalmente, da crise socioeconômica, que o solo se torna fértil para a ascensão da extrema-direita.

Jair Messias Bolsonaro, então capitão reformado do exército, começou a ganhar notoriedade em 2013 ao surfar na onda de políticos, ativistas, artistas e famosos com suas declarações – a favor ou contra – os protestos que emergiam no Brasil naquele ano. Bolsonaro, com seu escabroso discurso imponente, à época, fez duras críticas à gestão petista, bem como alarmou sobre possíveis riscos de uma dominação comunista no país. Até ali, Bolsonaro não passava de Deputado Federal

com décadas de carreira pública ineficiente; não tinha espaço na mídia e seu exército de apoiadores eram irrelevantes em âmbito nacional. Ali, a figura de mito não existia.

De relevante em 2013, o então deputado não conseguiu atingir grandes façanhas. Entretanto, sem nem mesmo perceber, implantou um mal que seria o mote de sua campanha em 2018 e que o levaria ao maior cargo do Executivo: as *fake news*. Em sua página no Facebook, única plataforma social em que era ativo, Bolsonaro utilizava-se de notícias falsas para difamar e gerar intriga na oposição, bem como tinha como objetivo máximo alienar seus eleitores de forma que os tornassem completamente cegos politicamente. Não importava o que era dito, comprovado e realizado, o que importava de fato eram as palavras do deputado (até então, sem relevância). É interessante analisar que, em 2018, a estratégia política de Bolsonaro assemelhou-se quase que identicamente à campanha de Donald Trump, em 2016, nos Estados Unidos da América. Esse ponto, entretanto, será debatido mais à frente.

O movimento de ascensão da extrema direita não acontece de forma isolada. O mundo observa, principalmente a partir da crise de 2008, um avanço exacerbado das formas extremistas de manifestação política, que restringem direitos básicos às minorias. Duck e Filgueiras (2019), citado por Barros (2020, p. 145), relatam que não é única e exclusivamente o fato de a crise econômica de 2008 ter causado diversos entraves para a produção e crescimento econômico nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas também a reação à crise dos estados-nação como a socialização dos prejuízos financeiros (aumento das dívidas internas) e reformas neoliberais formaram-se como o pilar da escalada extremista ao redor do mundo.

É fato que cada caso é um caso: na Europa, enxerga-se muito as críticas inerentes aos imigrantes. Marine Le Pen, presidenciável na França nas últimas duas eleições, assume o posto máximo do país em termos de ascensão extremista. Relata em todos os seus discursos os temas de imigração, afirmando que imigrantes desfavorecem a geração de empregos para os nativos franceses (o que, comprovadamente, é uma mentira). Donald Trump assume a mesma postura no que tange a imigração: para ele e seus apoiadores, a entrada de mexicanos (provenientes do país fronteiriço aos Estados Unidos) permite que exista uma fuga de mão de obra estadunidense. No Brasil, por sua vez, a luta da extrema-direita com o discurso inflado de Bolsonaro se dá prioritariamente contra o antipetismo. Apesar de ataques diferentes, o conceito da escalada extremista norteia-se da mesma forma do século XX.

Neste âmbito, Traverso (2019, p.14 *apud* BARROS, 2020), introduz o conceito de “pós-fascismo” para entender e capturar as premissas constituintes da ascensão da extrema direita atual. Para o importante historiador italiano, esse movimento ascendente é transitório e não está com os suas premissas bem definidas, tratando-se de um fenômeno ainda em transição. No pós-fascismo, há uma herança do fascismo italiano clássico com alteração de suas formas e metodologias.

O caso Brasileiro não se destoa do mundo. O fenômeno Bolsonaro utilizou-se de estratégias bem desenhadas e articuladas ao longo de tempos para compreender o que a população não necessariamente precisava ter, mas que precisava ouvir. O brasileiro médio ansiava por alguém que destoava do padrão das últimas décadas e que falasse de forma direta com os eleitores, sem meias palavras. A estratégia de comunicação de Bolsonaro, apesar de parecer ineficaz, o levou ao posto de Presidente da República.

3.1 As estratégias Bolsonaristas

As formas com que Bolsonaro e seu comitê de campanha traçaram suas estratégias políticas, bem como os objetivos a serem alcançados e o público a qual deveria ser destinada seus obscuros e estólios discursos ao longo não só do ano eleitoral, mas desde sua aparição no mundo virtual, conforme explicitado previamente.

É fato consumado que o fascismo histórico, por nascer em meio ao caos e a desordem socioeconômica, exalta o passado como premissa básica de sua existência. O saudosismo presente no discurso fascista é ininterrupto; com ele, o líder (leia-se tirano) consegue rememorar a população atordoada dos tempos passados em que não tinham o caos como *status quo*. Com Bolsonaro não é diferente.

Melo (2019) relata em sua entrevista que o culto ao passado faz parte da estratégia Bolsonarista e assemelha-se em gênero, número e grau com os regimes do século XX. Bolsonaro exalta a ditadura militar no mesmo modo que Mussolini exaltava a reconstrução do império romano e Hitler apelava para um passado mítico da Alemanha. Foram incontáveis vezes que Jair Bolsonaro exaltou o período mais obscuro do país, exaltando Carlos Alberto Brilhante Ustra em plenário da Câmara dos Deputados, na votação de Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

O saudosismo de Bolsonaro contagiou seus eleitores. Não necessariamente todos os seus eleitores apoiam uma suposta ditadura militar e nem fazem menções

honrosas ao período. No entanto, a estratégia de comunicação foi tão assertiva que seus eleitores começaram a apelidá-lo de “mito”. A política fascista por si só invoca o passado mítico, e a estratégia utilizada influenciou diretamente a cabeça de seu eleitorado.

Um outro fator crucial para a alavancada repentina de Bolsonaro foi a forma com a qual tratou seus opositores políticos. O político surfou na onda do antipetismo enraizado e usou o Partido dos Trabalhadores como meio para exaurir mais uma de suas características fascistas. Busca-se incessantemente um inimigo comum para atribuir a ele a culpa dos estragos causados nas diferentes esferas do país.

Em paralelo aos ataques à esquerda brasileira, o anticomunismo constantemente faz-se presente no discurso de Bolsonaro. Melo (2019) ressalta que tal narrativa são “paranoias conspiratórias”. De fato, o país não corre risco de uma volta do comunismo ao poder. No entanto, o momento político conturbado com um partido à esquerda sendo constantemente atacado permitiu com que o sentimento anticomunista ecoasse na cabeça de seus eleitores cada vez mais forte.

Estrategicamente, o político usou sua imagem para enaltecer-se como o único candidato possível para acabar com a esquerda no país. Bolsonaro usou como mantra de sua campanha como a alternativa sadia frente aos partidos antigos carregados de escândalos de corrupção. A promessa de campanha assemelha-se em muito com os regimes fascistas, visto que se enaltecia como o “novo” frente ao “velho” deteriorado. Além disso, corriqueiramente o político proclamava que existia fraude no sistema eleitoral, criticando diversas vezes o voto eletrônico e defendendo, antes e durante o seu mandato, o voto impresso auditável.

Em termos de estratégias eleitorais, Jair Bolsonaro foi um caso único desde a redemocratização brasileira. Nunca nenhum outro político com tão pouca influência chegou tão fortalecido para as eleições. Como aponta Di Fátima (2019), Bolsonaro tinha apenas 8 segundos em rede aberta para se apresentar e mostrar suas propostas. Além disso, segundo o TSE, Bolsonaro recebeu o equivalente a 12% do que seu principal opositor, Fernando Haddad, recebeu para fazer a campanha. Com relação aos gastos, essa proporção fica ainda menor: o candidato da extrema direita gastou apenas 7% do que o seu adversário petista gastou durante toda a campanha. O caminho, como observou o tanto o político, quanto o seu partido à época (PSL), deveria ser outro. Bolsonaro entendeu que sua campanha deveria migrar para as redes sociais.

As redes sociais foram o mantra para a eleição. Com o advento dos anos 2000 e o início de uma nova era digitalizada, a internet passou a ser um meio de postagens de conteúdo, integração, interação e comunicação em todas as esferas públicas e privadas. As eleições, como parte de tal núcleo, não ficou de fora. A facilidade e velocidade que as informações são fornecidas aos usuários representam uma quebra de paradigma com o que era visto antes (GONÇALVES, 2012).

Jair Bolsonaro identificou que deveria migrar os rumos de sua campanha do tradicional para o digital. É claro que o seu tom populista e a necessidade de visitar diversas cidades, das maiores às menores, para conhecer seu eleitor mantiveram-se presentes ao longo de todo o ano de 2018. Os outros candidatos, como Fernando Haddad e Ciro Gomes, também o fizeram. No entanto, o que diferenciou suas campanhas foram as suas exposições nas redes sociais: Bolsonaro estava na casa de seus eleitores 24 horas por dia e 7 dias na semana ao longo de toda sua estratégia eleitoral. Bastava um clique que do Oiapoque ao Chuí as pessoas conheceriam Bolsonaro. Gonçalves (2012) relata que o impacto da campanha online é muito mais abrangente do que o tradicional “boca a boca”: os custos são menores, a imagem do candidato toma proporções muito mais elevadas e há, como de fato o ocorreu, uma oportunidade de revelar comunidades de apoiadores online.

O Facebook e Youtube foram duas das ferramentas mais utilizadas por sua campanha eleitoral: no Facebook, Bolsonaro promulgava *lives* diárias e tornou-se o candidato com o maior número de interações entre os presidenciáveis. No Youtube, vídeos com cortes de falas mais marcantes do até então candidato eram divulgados sem a mínima medição da veracidade dos fatos. No entanto, o Whatsapp foi a rede social que mais ajudou a levá-lo ao cargo de Presidente da República. Estima-se que 1500 grupos, no mínimo, funcionaram como promulgadores da campanha política de Bolsonaro, explanando notícias falsas e funcionando como organizadores de manifestações e carreatas (PIAIA; ALVES, 2020). O Whatsapp foi o motor da campanha de Bolsonaro.

Outro ponto importante utilizado pelo presidenciável durante sua jornada ao Palácio do Planalto foi a segurança pública. A violência no Brasil, como se sabe, bate índices recordes não necessários; estudos estimam que as mortes no país representam números superiores até a países que vivem em estado de guerra constante. Massivamente as mortes que acontecem no país são feitas por armas de

fogo. Bolsonaro, para atrair seu eleitor, entende que as armas podem ser usadas como um meio para a população se proteger.

3.2 Bolsonaro e a economia

O fenômeno Bolsonaro é fruto do caos instaurado no Brasil pós 2015 e resultado das diversas mazelas sociais. Sua eleição ocorreu em um período em que Carvalho (2020) cita como “ansiedade econômica”: aumento desenfreado do desemprego durante e após o mandato de Dilma Rousseff, bem como um rápido e exacerbado aumento da desigualdade social (o aumento da desigualdade no período foi duas vezes mais rápido que a sua taxa de queda nos anos 2000, no governo Lula). O ponto a ser ressaltado é que a frágil situação econômica do país serviu de palanque para o então candidato usar tal conjuntura para vender os seus propósitos para o país; no entanto, tais discursos não se refletiram na prática.

No que tange a economia, Bolsonaro sempre deixou evidente que não entendia sobre o assunto. Sempre que perguntado, delegava o detalhamento de seu plano econômico para o que ele denominou de seu “posto Ipiranga”: Paulo Guedes, economista liberal de renome no mercado financeiro e um dos fundadores do Banco Pactual. Como Ministro da Economia, Guedes iniciou seu plano dando sequência a projetos neoliberais iniciados no governo Temer, em 2016. Suas ideias entrelaçavam-se no que tange uma forte política de contração fiscal, em que Oreiro e Paula (2019) relembram como a tese da “contração fiscal expansionista”, políticas liberais que permitissem uma menor regulação do Estado e maior participação do mercado, destravando a iniciativa privada como motor de aquecimento da economia. Tais iniciativas dependiam muito da aprovação e regulamentação das reformas previstas.

A reforma previdenciária, um dos mantras da campanha de Bolsonaro, foi aprovada em 2019 com diversas ressalvas, haja vista que o texto criou regras progressivas de transição. Os argumentos utilizados para que tal reforma fosse aceita e aprovada delimitavam-se no ponto de que o déficit previdenciário representava, em 2017, cerca de 9% do PIB brasileiro, algo em torno de R\$ 182,4 bilhões, com projeções cada vez mais assustadoras ano após ano. O rombo é subdividido por categoria, mas o argumento principal era que, independentemente da categoria, as despesas eram superiores às arrecadações.

Outro ponto da campanha de Bolsonaro/Guedes eram as privatizações. Em seu plano de governo, era estimado reduzir a dívida pública em 20% única e exclusivamente com a compra das empresas estatais via iniciativa privada e concessões. Bolsonaro chegou a citar empresas de renome como Petrobrás, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Correios. O plano de reduzir a dívida pública de fato não se confirmou. No entanto, algumas outras empresas foram privatizadas como a Transportadora Associada de Gás (TAG) e BR Distribuidora e Liquigás.

Oreiro e Paula (2019) ainda relatam que a abertura comercial via redução de tarifas alfandegárias era um tópico mencionado como essencial na reestruturação econômica do país. É fato que, para uma análise inicial, pode-se dizer, em 2019, houve uma redução da alíquota de imposto de 16% a 14% para 0% em equipamentos para máquinas industriais que não eram produzidos no Brasil. No entanto, Bolsonaro deveria avaliar de outra forma a sua conjuntura internacional: não adianta reduzir as alíquotas de importação, enquanto a manutenção da boa relação comercial com a China (por exemplo), maior parceiro comercial do Brasil, é pífia.

Além desses pontos, suas atitudes durante a pandemia do Coronavírus (COVID-19), iniciada em 2020, deterioraram as relações comerciais brasileiras mundo afora. Segundo Oreiro e Paula (2019),

[...] o problema é que feita de forma abrupta e não conjugada com outras iniciativas (ampliação dos instrumentos de financiamento e de apoio à atividade industrial, modernização dos sistemas de inovação, melhoria da infraestrutura logística etc.) pode expor de imediato a indústria nacional à competição internacional em condições de grandes desvantagens competitivas [...] (OREIRO; PAULA, 2019, p.25).

Tratando-se de resultados macroeconômicos, Couto (2020) analisa os resultados do primeiro ano do governo Bolsonaro (2019) de forma sucinta. A análise posterior, considerando os anos de 2020 e 2021, são parâmetros importantes, porém não relevantes para uma análise aprofundada. O Brasil e o mundo, em conjunto, sofreram com a escassez da mão de obra, interrupção da produção e diversos surtos resultados da pandemia do Coronavírus (2019). O resultado em âmbito mundial foi negativo, principalmente pela ótica da produção.

A saída da recessão de 2015/2016 foi deveras lenta. A taxa de crescimento do PIB em 2019 revisada foi de 1,4% em relação ao ano anterior: caminhando a passos lentos e totalmente diferente quando comparada à outras recessões (anos 1990 e 1980). A baixa taxa de crescimento pode ser explicada, como analisa Couto

(2020), pelo consumo das famílias, responsável por consumir 65% da demanda produtiva do país. Sua taxa de crescimento ficou abaixo de 3% a.a. quando analisado o triênio 2017-2019, visto o aumento exacerbado do desemprego e as perdas salariais do período.

Em termos de tripé econômico, a inflação e a taxa de juros corresponderam bem no primeiro ano de mandato de Bolsonaro. A inflação mensal manteve-se baixa durante o ano de 2019, o que permitiu que o Banco Central efetuasse manobras de redução da taxa Selic chegando ao menor patamar da série histórica até aquele momento: 4,5% em dezembro de 2019. Em 2020, o índice chegou a 2%.

Ademais à deplorável atuação econômica e extinguindo a dicotomia que o presidente ousou acender ao longo da pandemia do Coronavírus, entre 2020 e 2021, é necessário fazer um recorte para a atuação do governo federal e seu obscurantismo durante o biênio supramencionado, em que o mundo passou por momentos de tensão e aflitos por uma doença desconhecida que lastreou milhões de mortos durante a sua prevalência em maior grau.

Na contramão do mundo, Bolsonaro uniu-se ao chefe de Estado responsável pelo país com maior número de mortos pelo Coronavírus naquele momento: Donald Trump, ex-presidente dos Estados Unidos. Não é à toa a semelhança entre os dois países: Brasil e Estados Unidos são os dois países com o maior número de mortes registradas desde o início da contagem oficial, em 2020.

Os dois governantes promulgaram discursos extremamente conflituosos com o que a ciência entendia como correto: em um ápice pandêmico e entendendo que o vírus SARS-Cov-2, causador da Covid-19, é repassado através do ar e contato físico, a comunidade científica uniu-se em comum acordo para trabalharem nas premissas básicas do não alastramento da doença: isolamento social e *lockdown* foram as duas palavras mais citadas nos anos de 2020 e 2021. Nada mais é do que durante um período – até o momento em que de fato se encontrasse uma vacina contra o vírus e toda a população tivesse imunizada – as pessoas se manterem em casa, evitando o contato físico com as pessoas não essenciais, o que resultaria em fechamento de escolas, universidades, bibliotecas, parques e estabelecimentos.

Bolsonaro entendia que o isolamento social não era importante pois afetaria negativamente os mercados, gerando desemprego, ruptura produtiva e desaquecimento da economia. Não estava de todo errado. O grande problema de seus inflados discursos, chegando até em certos momentos debochar das vítimas, era

a dicotomia que fazia entre saúde e economia; os dois não são uma escolha em que você é obrigado a fazer. Os dois tópicos devem ser priorizados em uma agenda de calamidade social, com a necessidade do governo federal em garantir saúde para a população, promovendo campanhas de isolamento e vacinação, bem como o auxílio quase que obrigatório aos estabelecimentos afetados durante o período de isolamento. O desempenho do Governo Federal no tocante à pandemia foi pífio: desinformação, promulgação de remédios sem eficácia, atraso na compra de vacinas, deboche das vítimas etc. Às duras penas, o povo brasileiro foi sentenciado à morte.

Um discurso extremista, portanto, não passa de um falso moralismo. Insiste em temas frágeis para a sociedade, usando a crise que assola o país como ferramenta de propagação do seu discurso de ódio. O exclusivismo, a antidemocracia e o corporativismo socioeconômico permeiam as necessidades da extrema-direita; acima de tudo enraíza-se na crença de uma sociedade messiânica, julgando e promovendo constantes ataques a grupos minoritários

A extrema-direita atual consagra-se não só como relevante no cenário político, como também preocupante ator no que tange os pontos para a construção de um país econômico-sustentável. A reeleição de Bolsonaro no pleito de 2022, se confirmada, será um passo rumo ao desastre ambiental. É fato a sua negligência, descaso e indiferença quando o assunto é preservação ambiental: não só pelos constantes ataques aos órgãos de conservação, Bolsonaro fez questão de desmontá-los, como o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – responsável pelo controle e monitoramento de queimas e desmatamentos) e o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – responsável pelo controle, monitoramento e licenciamento ambiental).

Outrossim, o governo Bolsonaro atuou de forma concisa nos consistentes ataques à povos indígenas. Ao seguir ininterruptamente a agenda de ruralistas – tanto em ações legislativas, quanto através da nomeação dos mesmos para posições do governo (SILVA; FEARNside, 2022) – a agenda do presidente baseou-se no sucateamento do FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e a demarcação dos povos sem consentimento.

As políticas antissociais não são novidade em governos extremistas; Bolsonaro, é claro, não ficaria de fora de tal atrocidade. O relatório da Anistia Internacional de setembro de 2021 enumerou 32 atitudes do governo Bolsonaro que resultaram na perda de direitos básicos para brasileiros e brasileiras desde o seu começo, em janeiro de 2019. O documento permeia diversos setores, como a gestão

da pandemia, diminuição das liberdades de expressão, seu enfático discurso contrário aos direitos humanos, as constantes violações dos povos indígenas e quilombolas, o maior acesso às armas de fogo e os seus ininterruptos ataques ao Estado Democrático de Direito.

As promessas distanciam-se enfaticamente das realizações. O discurso moralista de um suposto governo promissor só serve para tentar apaziguar os ânimos de uma sociedade estarecida. A escalada da extrema-direita promove incontáveis retrocessos sociais, políticos e econômicos independentemente do local e do período em que aconteça e deve ser evitada a qualquer custo.

Deste modo, o governo Bolsonaro nada mais é – para não dizer foi, haja vista a proximidade das eleições presidenciais de 2022 – o resultado de um escárnio da população brasileira frente aos inúmeros descasos de governos passados. O que não se sabia, entretanto, é que os retrocessos se tornariam banais em uma sociedade atrasada que privilegia o passado em detrimento ao futuro.

Considerações finais

O desenvolvimento do presente trabalho permitiu uma análise ampla, consolidada, objetiva e crítica do universo que abrange a escalada extremista no mundo a partir do século XXI. Tal feito não é exclusivo de um país, como enfatizado ao longo da pesquisa; diversos países do globo enxergam a sua democracia se esfalecer aos poucos, haja vista as contínuas represálias ao Estado Democrático de Direito praticadas por grupos de extrema-direita.

Em países em que a democracia ainda é jovem, como no Brasil, esse caso torna-se ainda mais caótico. Tendo em vista a necessidade e gravidade do tema, a pesquisa abrangeu em caráter quase único dos pormenores da ascensão extremista no Brasil, com o objetivo de buscar compreender as razões, motivações e os fundamentos de tal escalada, assim como entender quais os anseios para o futuro socioeconômico e democrático brasileiro.

Sendo assim, a contextualização histórica do primeiro capítulo uniu-se de forma singular com as características que levaram Jair Bolsonaro à vitória nas eleições brasileiras de 2018. Foi identificado que um governo de extrema-direita surge de um cenário sombrio, seja ele econômico, social ou político. O discurso extremista por si só é saudosista: utiliza-se do elemento principal (crise) como base de sua argumentação para lembrar os momentos de glória do país tentando, de certa forma, atrair seu eleitor. Além disso, ressalta-se que a extrema-direita se une em prol da identificação de um inimigo em comum para atribuir a ele a culpa do caos instaurado.

Tais fundamentos foram essenciais para a compreensão do que ocorreu no Brasil pós 2010. O contexto econômico de déficit fiscal, aliado a um índice de desemprego atingindo máximas históricas e uma inflação consistentemente alta foram precursores para o surgimento de Jair Bolsonaro como figura representativa no país. No entanto, o que é necessário ressaltar de tal análise conjuntural é a premissa objetivada no primeiro capítulo de que, hoje, não há mais uma figura de um ditador propriamente dito: as teorias extremistas se alinham por dentro das amarras da democracia, pincelando pouco a pouco seus anseios. Um governo democrático não é mais retirado do poder por um golpe, e sim por pequenas atitudes diárias de partidos e pessoas de dentro do próprio poder legislativo.

Por não se tratar de um caso isolado, o Brasil deve, assim como os outros países em que a democracia reina, atentar-se enfaticamente à escalada extremista e tomar as devidas precauções. Faz-se por necessário em caráter de urgência fortalecer cada vez mais as suas instituições democráticas com a finalidade de não obscurecer seu regime político.

Referências

ARENDRT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2020.

ANISTIA INTERNACIONAL. **1000 dias sem direitos** – as violações do governo Bolsonaro. [S.I.]: Anistia Internacional, 2020. Disponível em <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2021/09/1000-dias-sem-direitos-As-viola%C3%A7%C3%B5es-do-governo-Bolsonaro.pdf>. Acesso em 27 out. 2022.

BARROS, Matheus de Carvalho. **Neofacismo e neoliberalismo: o fenômeno Bolsonaro**. São Paulo: Ensino, Saúde e Ambiente, vol. 17, jul./dez. 2020. Disponível em <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/43026>. Acesso em 27 out. 2022.

BLAY, Milton. **A Europa Hipnotizada – A escalada da extrema-direita**. São Paulo: Contexto, 2019.

BLYTH, M. **Austerity: The History of a Dangerous Idea**. Oxford University Press, 2013.

CARCANHOLO, Marcelo (et al.). **Ponte para o passado**. Rio de Janeiro: Jornal dos Economistas, n. 324, jul. 2016. Disponível em <http://www.corecon-rj.org.br/anexos/6A1B21FD181E907C1FCD0B997D28EA2D.pdf>. Acesso em 27 out. 2022.

CARVALHO, Laura. **A Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

CARVALHO, Laura. **Como a economia brasileira ajudou a eleger Bolsonaro?** [S.I.]: LSE Latin American and Caribbean Blog, 2020. Disponível em <http://eprints.lse.ac.uk/103737/>. Acesso em 27 out. 2022.

CONTRI, André Luis. **Uma avaliação da economia brasileira no Governo Dilma**. São Paulo: Indicadores Econômicos, FEE, vol. 14, n. 4, 2014. Disponível em <http://200.198.145.164/index.php/indicadores/article/view/3074>. Acesso em 27 out. 2022.

COUTO, Cláudio G. **La ultraderecha llega al poder: una evaluación del gobierno de Bolsonaro**. [S.I.]: JSTOR, out. 2020. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/pdf/j.ctv1gm02pn.7.pdf>. Acesso em 27 out. 2022.

COUTO, Joaquim Miguel; HACKL, Gilberto. **Hjalmar Schacht e a economia alemã (1920-1950)**. São Paulo: Economia e Sociedade, vol. 16, n. 3, dez. 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ecos/a/Mgwc4vsJhRdCxnfVXjNfZzS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 27 out. 2022.

DICIONÁRIO ONLINE PORTUGUÊS. Pós-Verdade. [S.I.]: **Dicionário Online Português**, [s.d.]. Disponível em <https://www.dicio.com.br/pos-verdade/>. Acesso em 29 out. 2022.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **A reforma trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil**. [S.l.]: Dieese, n. 178, mai. 2017. Disponível em [https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec178reformaTrabalhista.html#:~:text=DIEESE%20%2D%20nota%20t%C3%A9cnica%20%2D%20NT%20n%C2%BA,tabalho%20no%20Brasil%20%2D%20maio%2F2017&text=dos%20contratos%20de%20trabalho%20tempor%C3%A1rio%20\(de%20tr%C3%AAs%20para%20seis%20meses\).&text=2017%2C%20alterou%20substancialmente%20a%20legisla%C3%A7%C3%A3o,afetar%C3%A1%20diretamente%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20sindical](https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec178reformaTrabalhista.html#:~:text=DIEESE%20%2D%20nota%20t%C3%A9cnica%20%2D%20NT%20n%C2%BA,tabalho%20no%20Brasil%20%2D%20maio%2F2017&text=dos%20contratos%20de%20trabalho%20tempor%C3%A1rio%20(de%20tr%C3%AAs%20para%20seis%20meses).&text=2017%2C%20alterou%20substancialmente%20a%20legisla%C3%A7%C3%A3o,afetar%C3%A1%20diretamente%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20sindical). Acesso em 29 out. 2022.

DI FÁTIMA, Branco. **Dias de tormenta**: os movimentos de indignação que derrubaram ditaduras, minaram democracias no mundo e levaram a extrema-direita ao poder no Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2019.

DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. **A política fiscal do Governo Dilma e a crise econômica**. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 2017. Disponível em <https://apublica.org/wp-content/uploads/2018/09/TD303.pdf>. Acesso em 27 out. 2022.

GONÇALVES, Cláudia Isabel Silvério. **A influência da rede social facebook na decisão de voto**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Mestrado em Comunicação Estratégica, 2012. Disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/9127/1/Dissertacao%20Claudia%20Goncalves_Influencia%20Facebook%20na%20Decisao%20Voto_Set2012.pdf. Acesso em 27 out. 2022.

LACERDA, Antônio Corrêa de (Coord.). **O mito da austeridade**. São Paulo: Contracorrente, 2019.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Zahar, 2019.

LÖWY, Michel. **Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil**. São Paulo: Serviço Social e Sociedade, n. 124, out./dez. 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MFzdwXKBBcNqHyKkckfW6Qn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 27 out. 2022.

LÖWY, Michael. **Neofacismo**: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. [S.l.]: A Terra é redonda, 2019. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2019/outubro/19.10-Neofascismo-e-Bolsonaro.pdf>. Acesso em 27 out. 2022.

MARI, Hugo; SANTANA, Eliara. **Discurso e mídia**: totalitarismo e linguagem totalitária. Minas Gerais: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC MINAS, vol. 22, n. 45, 2018. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/17916>. Acesso em 27 out. 2022.

MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. **Brasil: as alterações institucionais no período recente e o novo governo.** Porto Alegre: Textos & Contextos, vol. 18, n. 2, 2019. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/36288>. Acesso em 27 out. 2022.

MELO, Demian. **Bolsonaro, facismo e neofascismo.** [S.l.]: [S.n.], 2019. Disponível em <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2019/Trabalhos%20aprovados/MC19/MC191.pdf>. Acesso em 27 out. 2022.

OREIRO, José Luis da Costa; PAULA, Luiz Fernando. **A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar.** Rio de Janeiro: [s.n.], 2019. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Joseluis-Oreiro/publication/336147850_A_economia_brasileira_no_governo_Temer_e_Bolsonaro_uma_avaliacao_preliminar/links/5d92c2f092851c33e94b3d60/A-economia-brasileira-no-governo-Temer-e-Bolsonaro-uma-avaliacao-preliminar.pdf. Acesso em 27 out. 2022.

PZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia.** São Paulo: Zahar, 2020.

RAMOS, André Paiva. **O Brasil diante da crise do subprime: uma abordagem pós-keynesiana do conjunto de medidas anticíclicas adotado pelo governo federal brasileiro e o desempenho da economia de 2007 a 2010.** São Paulo: Mestrado em Economia Política, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015. Disponível em <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/9258/1/Andre%20Paiva%20Ramos.pdf>. Acesso em 27 out. 2022.

RIBEIRO, Eva Márcia Arantes Ostrosky; MAINEIERI, Tiago. **Mídia e política: as mudanças proporcionadas pelo advento da internet.** São Paulo: Caderno Casadinho PROCAD, UFG-UFRJ, vol. 17, n. 1, 2014. Disponível em <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/31212>. Acesso em 27 out. 2022.

ROSSI, Pedro (et al.). **Austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil.** Campinas: Revista Educação e Sociedade, vol. 40, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/kPwjLRdn8xtJwxpt4T8R4NH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 27 out. 2022.

SANTOS, Isabela Soares; VIEIRA, Fabiola Sulpino. **Direito à saúde e austeridade fiscal: o caso brasileiro em perspectiva internacional.** Brasília: Revista Ciência e Saúde, vol. 23, n. 7, 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csc/a/ZgbMjYykcWRkccrSPQrqWjx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 27 out. 2022.

SICSÚ, João; **A PEC 241 não é para equilibrar as contas públicas.** Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/opinioao/a-pec-241-nao-e-para-equilibrar-as-contas-publicas/>. Acesso em 30 out. 2022.

SILVA, Marcelo Dutra da; FEARSIDE, Philip Martin. **Brazil: environment under track.** [S.l.]: Cambridge, University Press on behalf of Foundation for Environmental Conservation, 2022. Disponível em <https://www.cambridge.org/core/journals/environmental-conservation/article/brazil-environment-under-attack/6528C06A699DA2D64DCFDF665D1FEF67>. Acesso em 27 out. 2022.

SOARES, Alessandra Guimarães; SIMÕES, Catharina Libório Ribeiro; ROMERO, Thiago Giovani. **Crises econômicas, ascensão da extrema direita e a relativização dos direitos humanos.** São Paulo: Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, n. 28, 2020. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/14194>. Acesso em 27 out. 2022.

SOUZA, Leonardo; VILLAS BÔAS, Bruno. **Dilma deu R\$458 bilhões em desonerações.** São Paulo: Folha de São Paulo. Publicado em 06 set. 2015. Disponível em <https://m.folha.uol.com.br/mercado/2015/09/1678317-dilma-deu-r-458-bilhoes-em-desoneracoes.shtml>. Acesso em 27 out. 2022.